



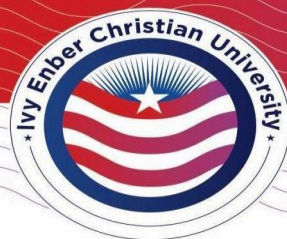
**IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**CLÁUDIA DARLENE CORREA DE SOUSA**

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E O ENSINO INTEGRAL: UMA ANÁLISE  
DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA**

**SANTARÉM - PA**

**2024**



CLÁUDIA DARLENE CORREA DE SOUSA

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E O ENSINO INTEGRAL: UMA ANÁLISE  
DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

**Linha de pesquisa:** Metodologias e Práticas na Educação Básica

**Orientador/a:** Profa. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza

SANTARÉM - PA

2024

## CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

### SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

S725p Sousa, Cláudia Darlene Correa.  
O Programa Mais Educação e o ensino integral: uma análise do município de Santarém-PA. [recurso eletrônico] / Cláudia Darlene Correa Sousa. – Dados eletrônicos. – Santarém-PA: 2024.

68 f.

Orientação: Sawana Araújo Lopes de Souza.

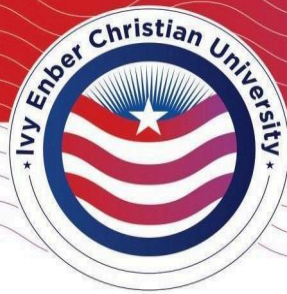
Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação. 2. Programa Mais Educação. 3. Ensino integral. I. Souza, Sawana Araújo Lopes de. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



CLÁUDIA DARLENE CORREA DE SO

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E O ENSINO INTEGRAL: UMA ANÁLISE  
DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 09/01/2024

**BANCA EXAMINADORA**

*Sawana Araújo Lopes de Souza*

Profa. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza  
(Orientador/PPGED/ENBER)

*Danielle Ventura*

Profa. Dra. Danielle Ventura de Lima Pinheiro  
(Membro-interno/PPGED/ENBER)

*Iranete de Araújo Meira*

Profa. Dra. Iranete de Araújo Meira  
(Membro-externo/UEPB)



Dedico este trabalho aos meus professores, colaboradores e amigos, que muito contribuíram para sua realização.



## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por toda essa trajetória acadêmica;

À minha família, por todo o incentivo e por terem confiado no meu potencial.

A minha estimada orientadora, Prof. Dra Sawana Araújo Lopes de Souza, pela orientação, carinho e dedicação para a conclusão de curso;

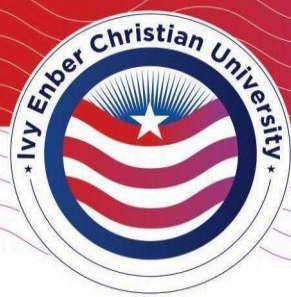
Aos professores, do Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University, pelo respeito na caminhada acadêmica;

Aos amigos, pelo o apoio;

Meus agradecimentos!



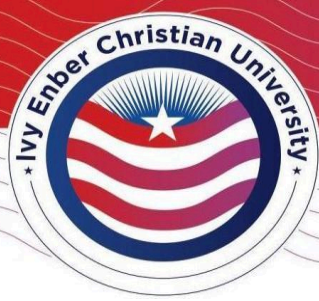
“Não existe saber mais ou saber menos, existem saberes diferentes”.



## RESUMO

Atualmente no cenário brasileiro há bastantes questionamentos sobre a educação integral, vista como um paradigma dos tempos modernos e histórica quando o ser humano diante de um sistema público de educação foi visto no início do século XX de formas diferentes, como forma integral, com intuito de formar o indivíduo em todas as suas dimensões. A pesquisa teve por base uma dissertação desenvolvida com o tema o programa mais educação e o ensino integral: uma análise do município de Santarém/PA. Para foco de investigação desta pesquisa seu objetivo geral é compreender sobre o processo de implementação da educação integral nas políticas educacionais e a sua efetivação no município de Santarém / PA. E de maneira específica: acerca da educação integral no campo educacional; identificar a respeito do programa mais educação no município de Santarém/PA; avaliar sobre os avanços e retrocessos da Programa Mais Educação para o campo educacional. Para alcançar estes objetivos optou-se por uma discussão privilegiando por meio da pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória e documental, considerando que este tipo de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas e teses. Como também, uma revisão literária como: Severino (2017); Brandão (2001); Gil(1946); Marconi e Lakatos (1996) e Bicudo (2006). O programa, mais educação na escola por conta do espaço, apresentou resultados não muito bons, quanto ao desempenho escolar dos alunos, no que tange o ensino e aprendizagem, de modo geral, vimos o desconforto provocado por espaços reduzidos, com sensação térmica altíssima; ambientes que não favorecem a interação o bem-estar dos alunos e monitores, sugerindo um novo modelo conceitual de infraestrutura escolar, pois nessas escolas se realizam as oficinas do Programa Mais Educação, além das aulas do currículo formal e o que se vê são crianças amontoadas nos pátios, disputando o espaço com os alunos do outro turno, com todo um desconforto. Portanto, esse tema, trouxe um grande diferencial no ensino, pois ajudou nas atividades do cotidiano escolar, favorecendo trocas de experiências, interagindo entre educador e educando em relação ao aprendizado.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Política. Programa Mais Educação.



## ABSTRACT

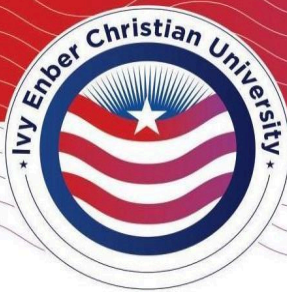
Currently in the Brazilian scenario there are many questions about integral education, seen as a paradigm of modern and historical times when the human being before a public education system was seen in the early twentieth century in different ways, as an integral form, in order to form the individual in all its dimensions. The research was based on thesis developed with the theme the program plus education and integral teaching: an analysis of the municipality of Santarém/PA. For the research focus of this research its general objective is to understand about the process of implementation of integral education in educational policies and its effectiveness in the municipality of Santarém / PA. And the specific objectives are: Contextualize about integral education in the educational field; to identify about the more education program in the municipality of Santarém/PA; to evaluate the advances and setbacks of the More Education Program for the educational field. To achieve these objectives, we opted for a discussion focusing on qualitative, bibliographical, exploratory and documentary research, considering that this type of research includes printed material, such as books, magazines and theses. As well as a literature review such as: Severino (2017); Brandão (2001); Gil(1946); Marconi e Lakatos (1996) e Bicudo (2006). The program, more education in the school because of the space, presented not very good results, regarding the school performance of the students, regarding teaching and learning, in general, we saw the discomfort caused by reduced spaces, with very high thermal sensation; environments that do not favor the interaction and well-being of students and monitors, suggesting a new conceptual model of school infrastructure, since in these schools the workshops of the More Education Program are held, In addition to the classes of the formal curriculum, what we see are children huddled in the courtyards, disputing space with students from the other shift, with all the discomfort. Therefore, this theme brought a great differential in teaching, because it helped in the activities of the daily school life, favoring exchanges of experiences, interacting between educator and educating in relation to learning.

Keywords: Integral Education, Politics, More Education Program.



## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – As atividades desenvolvidas nas escolas serão promovidas e organizadas nos seguintes macrocampos 22
- Quadro 2** – Documentos de base que orientaram a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas do Brasil 37
- Quadro 3** – Documentos de base que orientaram a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas estaduais do Pará 38
- Quadro 4** – Documentos de base que orientaram a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas de Santarém - Pará 40
- Quadro 5.** Documentos de base entre os períodos de 2007 e 2010, orientando materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas do Brasil 44
- Quadro 6** - Similaridades entre o Programa (Novo)Mais Educação e Programa Mais Educação. 50



## LISTA DE SIGLAS

**DCN** – Diretrizes Curriculares Nacionais

**FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de  
valorização dos Profissionais da Educação

**IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**MINC** – Ministério da Cultura

**ME** – Ministério de Esportes

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MCT** – Ministério da Ciência e Tecnologia

**PDE** – Programa de Desenvolvimento da Educação

**PDDE** – Programa Dinheiro Direto na Escola **PNAE**

– Programa Nacional de Alimentação Escolar **PME**

– Programa Mais Educação

**PBE** – Programa Brasil na Escola

**RCNEI** - Currículo Nacional da Educação Infantil

**SEMED** – Secretaria Municipal de Educação

**SIMEC** – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da  
Educação

**SEB** – Secretaria de Educação Básica

**SECAD** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversida

**TAC** – Tecnologia de Aprendizagem e Convivência

**TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONTEXTOS COMO UMA ABORDAGEM INTEGRADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES</b>	<b>21</b>
2.1 O Programa Mais Educação (PME): Definições.....	21
2.2 O Programa Mais Educação no Brasil: pontos principais.....	26
2.3 O Programa Mais Educação no Município de Santarém/PA: Atividades Contextual. .....	30
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>32</b>
3.1. Pesquisa Qualitativa.....	32
3.2. Pesquisa Bibliográfica.....	36
3.3. Pesquisa Documental.....	37
3.3.1 Documentos Nacional.....	38
3.3.2. Documentos do Estado do Pará.....	40
3.3.3 Documentos de Santarém.....	41
3.4. A análise de Conteúdo de Bardin (2011).....	42
<b>4. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM SANTARÉM/PA: AVANÇOS E RETROCESSOS.....</b>	<b>45</b>
4.1. Documentos Nacionais.....	45
4.1.1. Pontos comuns aos dois programas Mais Educação.....	49
4.1.2. Diferenças entre os dois programas.....	56
4.2 - Discussão do Pará sobre os programas: Mais Educação e o Novo Mais Educação .....	60
4.3. Discussão no município de Santarém/PA.....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação promove o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos indivíduos promovendo os para a transformação social, sobretudo, para construção da autonomia e das possibilidades de atuação no campo profissional, acontece em diferentes espaços da sociedade, mas, especificamente, nas instituições formais conduzem modelos de educação para aquisição de valores sociais, econômicos e culturais, sobretudo.

Nesse sentido, o Programa Mais Educação<sup>1</sup> veio como perpespectiva de educação integral proposta por um programa federal instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007, envolvendo os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura.

O panorama educacional atual, que propõe a extensão da carga horária escolar como uma estratégia para aprimorar a educação, expandir as funções da escola, suscita em mim a seguinte questão: Quais são as iniciativas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Santarém/PA direcionadas ao programa Mais Educação?

O Programa Mais Educação visa:

Contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (BRASIL, 2007, Art. 1º).

Atualmente no cenário brasileiro há bastantes questionamentos sobre a educação integral, vista como um paradigma dos tempos modernos e histórica quando o ser humano diante de um sistema público de educação foi visto no início do século XX de formas diferentes, como forma integral, com intuito de formar o indivíduo em todas as suas dimensões, “[...] considerando o corpo, a mente e a vida social, no sentido da construção da cidadania, do sujeito autônomo, crítico e participativo [...]” previstos pelo Ministério da Educação (2009, p.19), com versão educativo dando atenção no convém aos aspectos gerais do ser humano.

Nos dias atuais, observamos uma significativa mudança na nomenclatura "Brasil Escola", destacando a relevância de um programa bem estruturado, organizado em eixos como: apoio financeiro e técnico, valorização e criação. Ademais, é essencial promover cursos,

---

<sup>1</sup> A mudança de nomenclatura Brasil Escola, foi devido o programa se preocupar em buscar estratégias e inovações para garantir a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade certa dos alunos inserido na escola, mas vai continuar utilizando a nomenclatura Programa Mais Educação.

conferências, encontros e pesquisas sobre a educação básica, que vão além da simples escolha de instituições para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras.

As primeiras discussões a respeito da educação integral no Brasil foram diante de grandes mudanças sociais, sendo destacada nas correntes políticas ideológicas que lutassem por uma educação que mostrassem suas ideias, transformadas diante das condições vistas na industrialização, principalmente em relação às desigualdades sociais. Diante disso, percebeu-se independentemente, que as instituições precisavam implantar o programa, observando uma nova concepção de entendimento de que é por meio da educação integral que se deve assegurar o desenvolvimento dos atores nas dimensões: intelectual, emocional, física, cultural e social, e assim colocando em prática que para se ter bons resultados, é fundamental desenvolver um plano em conjunto que seja dividido entre crianças, adolescentes, famílias, professores, administradores e as comunidades ao redor.

Desta forma, houve um empurrão para a escola adquirir mais credibilidades, no sentido de confiar nas instituições, envolvendo a família no meio de educação para que possam se sentir preparados e não despreparados para o mesmo. (CAVALIERI, 2010).

Na década de 30, houve a presença da corrente integralista, focando nas disciplinas voltadas para cívicas e morais, pensando na concepção de educação integral para o ser humano integral, segundo Cavalieri (2010). Entretanto, a corrente Liberal, tratava de uma democracia que garantisse o pleno desenvolvimento social e cultural do discente em tempos atuais, e Cavalieri (2010) diz que, as experiências são baseadas na realidade e às práticas cotidianas. Segundo Gonçalves (2006) frisa que Anísio Teixeira como um grande estrategista para um novo modelo educacional e foi exaltado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 mexeu com toda a ordem educacional em prol de uma melhor qualidade.

E analisando tudo que foram citados acima, focando em formar o indivíduo em sua totalidade, não focando somente no ato de alfabetizar, mas nos interesses de cada corrente, sendo que a preocupação maior era democratizar o ensino, ou seja, ensinar para preparar para a sociedade, para que este possa estar preparado para as questões ao seu meio.

Conforme a fala de Cavalieri (2010, p. 253): quebrar com a questão de “preparar para a vida”, quando em seu entendimento “[...] de que educação é vida e não preparação para a vida [...]”, trazendo a ideia de orientar para saber mexer com materiais prontos, uma educação plena, com livre arbítrio para refletir, pois o centro das atenções

era o discente.

É nesse intuito que se reafirma uma Educação Integral<sup>2</sup> como prioridade a uma educação que possa desenvolver plenamente o ser humano. Com isso no ano de 2007, o Ministério da Educação, por meio do Programa de desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>3</sup>, intitulou a meta “Compromisso Todos pela Educação” a ser trabalhado pelo Programa Mais Educação, onde os seus objetivos propostos eram: minimizar a evasão escolar, valorizar a cultura dos povos, reduzir a distorção idade série e ainda mais educação de qualidade, com ações voltadas para financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)<sup>4</sup>.

A metodologia democrática no processo educacional tinha como objetivo oferecer mais chances às pessoas. O aspecto temporal era tão importante que não deveria ser ignorado; era vital para o sucesso no avanço do ensino e da aprendizagem, melhorando suas competências. Com o tempo, todas as possibilidades de aprendizado aparecem, demonstrando que a sabedoria é crucial para a evolução na vida. Em resumo, é indispensável para o desenvolvimento humano e sua libertação.

A problemática da educação no Brasil é caracterizada por uma variedade de obstáculos que se alteram de acordo com as classes sociais, evidenciando a situação de um país marcado por desigualdades. Dessa forma, as variadas condições sociais e econômicas influenciam as vivências e as possibilidades dentro do sistema educacional. Assim, há diversas instituições educacionais voltadas para diferentes camadas sociais. Alunos das classes média e alta costumam ter acesso a escolas privadas, que oferecem um nível de aprendizado de maior qualidade. Os estudantes das classes média e alta frequentemente têm acesso a instituições de ensino privado, que proporcionam uma qualidade de aprendizado superior. Em contrapartida, a classe baixa, via de regra, recorre às escolas públicas, as quais não conseguem oferecer o mesmo nível de ensino e aprendizagem que suas contrapartes privadas. Essa disparidade no acesso à educação revela uma inequidade que impacta diretamente no futuro dos alunos e na mobilidade

---

<sup>2</sup> É uma concepção que compreende que a educação deve garantir o principalmente em suas dimensões: afetivas, físicas e sociais.

<sup>3</sup> Promove uma qualidade da educação escolar de forma sistemática e regular e ainda de repassar os recursos para concretizar o aumentando a aprendizagem escolar.

<sup>4</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação e o Programa Mais Educação veio para elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro.

social. Isso representa um considerável desafio para a melhoria do ensino.

Outrossim, minha expectativa é que este estudo contribua significativamente para as reflexões e debates, potencializando de maneira positiva os resultados do programa Mais Educação para uma educação integral.

A educação em tempo integral faz parte da política pública nacional e é foco de investigação desta pesquisa seu objetivo geral é compreender sobre o processo de implementação da educação integral nas políticas educacionais e a sua efetivação no município de Santarém / PA.

Nesta pesquisa, os objetivos específicos são: Contextualizar acerca da educação integral no campo educacional; identificar a respeito do programa mais educação no município de Santarém/PA; avaliar sobre a contribuição do Programa Mais Educação e do Programa (Novo) Mais Educação para o campo educacional.

Por se tratar de uma política nova, principalmente no município de Santarém/PA, é importante sistematizar as medidas eficazes que deu certo para almejar resultados, com registros que comprove os resultados úteis para expandir e melhorar o direito à educação sempre.

Nesse contexto, as Normas Curriculares Nacionais do Ministério da Educação para a ampliação do tempo escolar afirmam que essa situação é uma realidade em diversas instituições de ensino públicas no Brasil. Isso indica a afirmação da educação integral como um conceito coletivo, uma tendência que tem sido ratificada por ações dos governos Federal, Estadual e Municipal. Apesar de essas ações terem surgido há pouco tempo, é possível notar a diferença no fato de estarem integradas ao cenário nacional.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC) para a extensão do horário escolar diz que é uma realidade em muitas escolas públicas do Brasil. Tudo isso aponta para a consolidação da educação integral como conceito público, tendência que vem sendo confirmada por iniciativas do governo Federal, Estadual e Municipal. Embora essas iniciativas tenham surgido recentemente, a diferença pode ser observada no fato de estarem presentes no território nacional.

Diante disso, é essencial efetuar levantamentos que estruturem de maneira sistemática os dados acerca das iniciativas locais ligadas à execução da Política Integrada de Educação. Exemplos notáveis incluem a educação contínua em Saúde e o programa Brasil Alfabetizado, que demonstra progressos importantes. Essas iniciativas ressaltam o engajamento com a evolução da educação e a valorização do aprendizado

permanente em várias áreas fundamentais. A atuação nas áreas da educação e cultural está gradualmente se tornando uma prioridade, tanto no cenário nacional quanto no município de Santarém.

Porém, hoje o que importa, é atuação do poder público estadual, principalmente na política educacional, superando as dificuldades encontradas, que observamos, diante de uma estrutura precária de quadros qualificados, prédios danificados, clientela heterogênea, currículos mal alinhados e implementados, diferentes faixas etárias e tantos outros que contribuem para a carência de processo educacional de alta qualidade na cidade.

Para isso, é fundamental compreender e analisar as dificuldades enfrentadas pela educação em tempo integral, especialmente no que tange à diversificação dos currículos, à formação dos educadores e à distinção da escola pública.

Entretanto, reconhecemos que a educação, em primeiro lugar, precisa focar na formação da pessoa, alertando para expressões de medo, agressividade, depressão e impulsividade, sem deixar de lado a capacidade de refletir enquanto aprende a interagir com o mundo, buscando adaptá-lo e torná-lo mais harmônico. Por fim, trata-se de um ensino básico e secundário que permite ao estudante desenvolver uma identidade tanto pessoal quanto social.

Desse contexto emerge a problematização desta pesquisa: desafios e perspectivas no desenvolvimento da qualidade do ensino do programa mais educação e o ensino integral no município de Santarém/PA.

O tema selecionado para a pesquisa - o Programa Mais Educação no município de Santarém/PA, está diretamente ligado à minha trajetória pessoal e profissional incluindo análises sobre os aspectos benéficos e prejudiciais que devem ser abordados por meio do programa mais educação na educação integral, dentro dos ambientes social, econômico e político. Com isso, a experiência como professor na zona rural da Amazônia paraense, oferecendo aulas do ensino fundamental, despertou o interesse por uma compreensão mais aprofundada do programa educacional diante de tantos desafios.

Ao longo da minha trajetória profissional, observei que as atividades extracurriculares tendem a ser mais apreciadas pelos alunos do que os conteúdos curriculares. Essa realidade evidencia uma dicotomia clara entre os períodos acadêmicos e os momentos de recreação.

A escolha desta temática se deve ao fato de compreender como ocorre o manuseio do programa nas escolas, com desafios e perspectivas sobre as fragilidades e

os potenciais a serem desenvolvidos pelo o programa, no contexto social, político e econômico.

Quanto à minha trajetória profissional, pude me atentar como professora da educação básica com a vinda do programa mais educação e o ensino integral, conduziu-me a escolha do tema, no qual tive espaço de acompanhar o desenvolver do programa em escola ribeirinha onde exerço a função de docente.

No início da minha atividade profissional experimentei e reconheci as nuances que circundam a realidade nas escolas ao ar livre, pelo que será interessante refletir sobre o programa em sala de aula antes do trabalho pedagógico do professor. Com um curso de aperfeiçoamento, esta é uma experiência nova que me tem permitido ir mais longe, nomeadamente com o interesse em analisar o programa Mais Educação como política de extensão da escolaridade nas escolas ao ar livre do conselho de Santarém, para a finalidade da análise em tempo real.

Os saberes teóricos que foram adquiridos ao longo do curso ao nível da profissão docente, da licenciatura e neste novo cenário da prática docente possibilitaram as bases para começar a acompanhar os professores. O trabalho na área de ensino proporcionou-me momentos de reflexões, no que tange a prática pedagógica que vai além da prática didática, no sentido das circunstâncias da formação e no espaço escolar. Foi então que percebi que seria oportuno fazer estudos de outras licenciaturas para apoiar o trabalho na instituição, pensando em tornar o ensino verdadeiramente alinhado com uma proposta educativa e com os anseios da comunidade.

Este tema de estudo proporciona uma análise profunda das principais incertezas, englobando a descrição e a interpretação abrangente dos conceitos que fundamentam a prática educativa de monitores e do pessoal pedagógico nas escolas ou no conselho de Santarém.

Ademais, possibilita uma compreensão do envolvimento da família escolar nas decisões administrativas dentro do ambiente educacional. Nesse sentido, as contribuições desta pesquisa vêm na visão de uma ampliação do referencial teórico-metodológico sobre a ocorrência do programa mais educação em escolas, bem como sobre os problemas e desafios de ampliar a jornada escolar na perspectiva da educação integral nas escolas da várzea, mas também, no que diz respeito à adaptação do local e do espaço para a implementação do programa, posicionar-se frente às informações e interagir crítica e ativamente com o meio físico e social.

Com esta pesquisa, buscarei compreender as respostas de maneira produtiva,

com o intuito de analisar e ampliar as questões bastante intrincadas do ambiente profissional nas instituições de ensino externas. Entretanto, na ausência de uma análise detalhada que estabeleça de maneira contundente os objetivos, diretrizes de ação, metodologia e todos os aspectos relevantes ao tema em debate, é impossível alcançar um progresso produtivo, independentemente do setor em que se atua. E, para fomentar condições mais propícias ao êxito em um projeto específico, é imprescindível implementar estratégias que sejam tanto eficazes quanto meticulosamente planejadas.

Os desafios surgem em toda a trajetória possível, tentando antecipar situações erradas e encontrar soluções antes de perder o foco e no mínimo de danos. Os recursos são repassados diretamente para as escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola<sup>5</sup> e utilizados para financiar alimentação e transporte de monitores, compra de insumos ou serviços contratuais, financiamento ou capital para compra de embalagens de material didático.

Dentre as inúmeras reflexões e debates sobre educação, emerge o entendimento sobre a educação integral, com pressupõe a integralidade do ser humano em suas múltiplas dimensões. Por definição geral refere-se a algo global, inteiro, íntegro, alguma coisa que está completa, ou seja, que conserva suas propriedades originais (FERREIRA, 2008).

Com a implementação do programa mais educação, considerado na busca de solução aos problemas antigos presentes especificamente nas escolas públicas, e entendendo das questões que assolam o país, precisa trabalhar de urgência na melhoria da qualidade do ensino, segurança e permanência dos alunos, adaptação de novos espaços de aprendizagem, a formação do sujeito na visão holística; onde nos tempos atuais o sujeito possa ser crítico, autônomo e responsável, pois o sistema mundial exige a inclusão e reconhecer cada um com as suas múltiplas identidades diante de um ensino globalizado.

E ao pensar em um meio estratégico intersetorial envolvendo políticas educacionais, contribuindo, Dessa forma, com o objetivo de mitigar as desigualdades educacionais, bem como para a valorização da diversidade cultural brasileira. Essa estratégia além de promover aumento de tempos, espaços, chances educativas, famílias e diversos atores sociais, sob a mando da escola e dos professores.

Assim, a finalidade da educação reside na compreensão do que é justo, com o intuito de instruir sobre os direitos à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência comunitária, considerados pilares fundamentais de uma sociedade

democrática. Dessa forma, promove-se o aprimoramento de cidadãos conscientes e dedicados à promoção e à preservação desses valores. A educação integral valoriza a singularidade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, propiciando a adequação das disciplinas curriculares em alinhamento com os distintos domínios de aprendizagem. Esta abordagem epitomiza uma política em contínua evolução.

Desta forma a proposição desta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar as discussões relacionadas ao desenvolvimento do programa mais educação e o ensino integral no município de Santarém e interfere no produto final educativo de forma positiva e de que maneira motivar os profissionais da educação e conscientizá-los de que o programa mais educação e o ensino integral destinado como um grande benefício para aprendizado dos alunos.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na fase de investigação teve como percurso um tipo de estudo caracterizado; como método indutivo, pois de acordo com a concepção clássica, é o procedimento que parte do geral ao particular. Partindo de princípios, leis ou teorias compreendidas como verdadeiras e irrefutáveis, prenuncia a ocorrência de casos particulares com base lógica. Quanto a tipologia nesta pesquisa se propõe a utilizar a pesquisa na seguinte ordem: abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental (programa mais educação; os problemas e desafios de ampliar a jornada escolar; o local e o espaço, e análise de conteúdo de Bardin (2011), este modelo de pesquisa analisa as relações entre duas ou mais variáveis de um acontecimento sem manipulá-las.

Haja vista, se pretende interpretar a situação na implantação do programa educacional de maior tempo integral, principalmente nas Escolas no município de Santarém/PA, onde funciona o programa. Ainda analisar os problemas e desafios do entorno do ensino escolar através do Programa Mais Educação e identificar as dificuldades com que isso é possível.

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos. A primeira parte conhecida como Introdução, a qual apresenta o ponto inicial da dissertação, explanando os motivos que nos levaram a escolha desse tema, além dos objetivos que marra todo um alicerce do trabalho, com as hipóteses e metodologias escolhidas para a realização do estudo.

No capítulo segundo, denominado "Educação Integral e o Programa Mais Educação", é feita uma reflexão sobre a trajetória do programa e seu processo de implementação na educação integral do município de Santarém. Abordam-se também os

principais desafios enfrentados e as diversas concepções que permeiam essa iniciativa. Traz, portanto, à tona a discussão sobre o programa Mais Educação e o ensino integral nas escolas, considerando os contextos nos quais devem ser integrados no município. No terceiro capítulo Metodologia, faz uma abordagem em relação a perspectiva de Educação Integral nos tempos atuais.

O quarto capítulo Análises da pesquisa, que trata da exposição das informações coletadas acerca do funcionamento do Programa Mais Educação nas escolas, seguidos de análise dos pressupostos teóricos que embasam o trabalho, descrevendo sobre a relação com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), sobre a gestão administrativa e pedagógica do programa em nível escolar, os profissionais envolvidos no programa, o público alvo do programa, organização e desenvolvimento curricular, a organização e ampliação do tempo escolar, Infraestrutura física e tecnológica, avaliação do desenvolvimento do aluno, parceria escola e comunidade.

Nas considerações finais, onde aponta as causas definitivas para qual encaminham às conclusões do trabalho envolvendo, a implementação do PNME, bem como suas convicções e particularidades que formam este contexto e por último as referências bibliográficas.

Por fim, as contribuições desta pesquisa visam aprimorar a análise sobre a implementação do Programa Mais Educação e do Ensino Integral, assegurando que os resultados da aprendizagem se manifestem de maneira concreta.

## **2. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONTEXTOS COMO UMA ABORDAGEM INTEGRADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES.**

Este capítulo proporciona uma análise minuciosa do Programa Mais Educação, ressaltando sua significativa contribuição para o setor educacional. a discussão irá explorar elementos fundamentais que ressaltam o impacto e a relevância deste programa no cenário contemporâneo. No âmbito deste contexto, expomos as definições e os cenários associados a este programa, além de seu pano de fundo histórico, com o propósito de refletir sobre os desafios que ele encontra nas políticas educacionais.

### **2.1- O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME): DEFINIÇÕES**

O programa Mais Educação se apresenta como uma alternativa à educação em tempo integral, que alguns estudiosos têm mostrado ser cada vez mais necessária em

nossa sociedade devido às necessidades da economia e da organização social, que exigem a carga horária da família para atender às necessidades básicas de sobrevivência. Segundo Paro (2010), o tema precisa ser totalmente desenvolvido. Nesse sentido, pensar nas formas de educação que nossa sociedade proporciona precisa ser um compromisso de todos e para todos.

Conhecendo o funcionamento e a implementação de programa Mais Educação, com o objetivo de evidenciar as formas que a sociedade se propõe a enfrentar as questões que afetam diretamente o seu desenvolvimento educacional, cultural e de inclusão social, este programa vem sendo desenvolvido em busca do desenvolvimento sustentável das cidades e comunidades.

Essa política pública foi lançada em 2007 pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e sua regulamentação também é desenvolvida pela SEB por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e informada pelo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC).

A política propõe melhorar a taxa de educação básica para garantir proteção adequada a crianças, jovens e adolescentes. “O Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 2007 com o objetivo principal de melhorar a qualidade da educação no Brasil, com foco na educação básica”. Traz em diálogo o Ministério da Educação (MEC), Cultura (MinC), Esportes (ME), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ciência e Tecnologia (MCT) e Ações Nacionais 2010, com apoio do Ministério da Defesa, Secretaria da Juventude A Divisão passou a cogitar a possibilidade de ampliar o campo da educação. (Brasil, 2011, p. 6).

O programa Mais Educação visa atender escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), inicialmente localizadas na capital e regiões metropolitanas, expandindo em 2010 para áreas caracterizadas por vulnerabilidade social e escolaridade com mais de 90.000 cidades com mais de 1.000.000 de habitantes que requerem alinhamento de prioridades de políticas públicas.

Em 2011, sua presença abrangeu aproximadamente 15.000 escolas, incluindo cidades com mais de 18.800 habitantes. Em 2014, o programa Mais Educação foi lançado em âmbito nacional, atingindo 32 mil escolas (BRASIL, p. 8).

**Quadro 1.** As atividades desenvolvidas nas escolas serão promovidas e organizadas nos seguintes macrocampos

1	Acompanhamento Pedagógico
2	Educação Ambiental
3	Esporte e Lazer
4	Direitos Humanos na Educação
5	Cultura e Artes
6	Cultura Digital
7	Promoção da saúde
8	Comunicação e Uso da Mídia
9	Pesquisa em Ciências Naturais
10	Educação Econômica

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Sendo assim, cada escola seleciona seis atividades por ano entre as possibilidades oferecidas, com base em seu programa educacional contínuo. No entanto, um dos macrocampos obrigatórios é a supervisão pedagógica. O detalhamento de cada atividade, segundo sua ementa e previsão de recursos pedagógicos e financeiros, é divulgado anualmente em cartilha específica relacionada à educação integral que acompanha a resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Suas atividades e cardápio podem ser consultados no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a qual o Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), que é destinado às escolas de territórios prioritários. Assim, o programa mais educação são direcionados a alunos em situação de risco e socialmente desfavorecidos alunos que convocam, lideram, incentivam e influenciam positivamente seus pares; alunos além do ano/idade escolar; primeiro ciclo do ensino fundamental (quarta/quinta série) e alunos nos últimos anos de a segunda etapa do ensino fundamental (oitava série/nona ano); alunos da série/ano, nos quais são detectados índices de saída extemporânea e/ou repetência; alunos que mostram gostar da escola e assim ficam por mais tempo; alunos que as famílias demonstram quererem a melhoria de permanência na escola (BRASIL,2011).

Dessa forma, o programa Mais Educação, é formulado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo decreto 7.083/10, é uma estratégia do

Ministério da educação voltada para o alargamento da jornada escolar e organização curricular na modalidade de ensino integrado. E as escolas das redes públicas de ensino do estado, dos municípios e do distrito federal aderem ao programa e, de acordo com atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico, dentre eles: educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos na educação cultura e artes; cultura digital; promoção de saúde; entre outros.

Em relação ao programa Mais Educação, são priorizadas unidades localizadas em localidades com baixo índice de alunos e unidades com baixo Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB).nSabe-se que programa Mais Educação tem como objetivo enviar recursos para municípios e escolas pré-selecionados, para que possam atender às necessidades da escola. Esse valor pode ser usado tanto para a compra de materiais didáticos e pedagógicos, quanto para a reforma e ampliação de escolas.

Com isso, constrói uma ação intersetorial entre políticas públicas em educação e a sociedade, isso contribui tanto para a redução da desigualdade educacional quanto para a valorização da diversidade cultural no Brasil. Por isso, coloca em diálogo as ações empreendidas pelos ministérios da educação (MEC), da cultura (MINC), do Esporte (ME), do Meio Ambiente (MMA), do desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Ciência e Tecnologia (MCT) e, também, da juventude Secretaria e Assessoria Especial da Presidência da república, esta última por meio do Programa Escolas - Irmãs, agora com o apoio do Ministério da Defesa na possibilidade de ampliar os alicerces da educação pública.

Com essa estratégia há promoção da ampliação de tempos, espaços, com oportunidades educacionais com o propósito de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

Entretanto, a essência da Educação Integral se manifesta na percepção de que o direito de aprender é intrinsecamente ligado ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência, tanto no âmbito familiar quanto comunitário. Ademais, este direito é essencial para o desenvolvimento intrínseco de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, é possível reconhecer o potencial inerente a múltiplas dimensões no desenvolvimento humano,

independentemente da idade.

O Programa Mais Educação é direcionado às instituições de ensino que apresentam um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reduzido, contemplando tanto as capitais quanto áreas metropolitanas e localidades que lidam com condições de vulnerabilidade social. Essa iniciativa requer uma priorização das políticas públicas educacionais em um esforço de convergência.

Outrossim, a concepção de Educação Integral proposta pelo Programa Mais Educação, equivale não só na ampliação de tempos e espaços escolares, mas, sobretudo, no desenvolvimento integral de cada educando, nos aspectos cognitivo, afetivo, e social, para tanto, se trabalha tanto com as áreas do conhecimento, como no desenvolvimento de cada aluno, isso mostra como está sendo o trabalho do docente, principalmente, em relação a sua autoestima e empatia, que são fundamentais para os alunos da escola, mas, é importante frisar que o trabalho nessa concepção não pode ser medido pelo Ideb.

Entendemos que essa concepção é defendida pelo Programa Mais Educação, experiência de Educação Integral, implementada na rede municipal de ensino dos municípios de Santarém/PA, através da Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, que trata de promover o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens, estruturando em diversas atividades, projetos e programas com base no projeto escolar dos Estados e Municípios, ampliando tempos e espaços formativos por meio da atividades nos campos como: arte, cultura, esporte, lazer, inclusão digital, tecnologia da informação e comunicação (TIC), tecnologia de aprendizagem e convivência (TAC), saúde, entre outros, relacionados à aprendizagem político-pedagógica e projetos de redes/sistemas escolares.

É preciso haver um plano nacional de Educação da ampliação das escola em tempo integral e que o mais educação foi apenas um ensaio para a articulação dessa proposta, a qual precisa ter um debate sobre educação integrada com toda a comunidade escolar e demais professores que não estão diretamente envolvidos no programa Mais Educação, pois não deve ser apenas um desenho de programa, deve estar vinculado a um projeto educacional maior além de simplesmente estender horário escolar.

Por isso, reafirmamos a necessidade de refletir nossa concepção de educação e educação integral com toda a comunidade escolar para que o programa seja realmente visto como um indutor para a formação do todo, a formação histórica do aluno político e social, e não apenas uma extensão do tempo de aula, e pode realmente

abordar os conceitos apresentados em textos de políticas nacionais.

O Programa Mais Educação é uma estratégia implementada pelo Governo Federal com o objetivo de fomentar a formação integral de crianças, adolescentes e jovens. Através da sinergia entre ações, projetos e programas, pretende-se alinhar essas colaborações às diretrizes e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das instituições escolares, com o objetivo de metamorfosear o ambiente escolar e enriquecer a oferta de conhecimentos, métodos, processos e conteúdos educativos. Conforme enfatizado por Silva (2012), essa abordagem é essencial para aprimorar a experiência educacional e promover o desenvolvimento holístico dos alunos.

A educação integral, conforme esclarecido nesta dissertação, visa promover a atenção e o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, um direito assegurado pelo Estado que garante o acesso a uma educação de excelência. A implementação do programa em uma instituição de ensino fundamental ressalta a importância de fomentar o desenvolvimento integral dos estudantes. Isso abrange não apenas a obtenção de conhecimentos e habilidades cognitivas, mas também a educação cívica dos alunos.

## 2.2- OS PONTOS PRINCIPAIS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO BRASIL

O programa Mais Educação constitui uma estratégia do Ministério da Educação para construir uma agenda educacional integrada nas redes estaduais e municipais de ensino, por meio de atividades macrocampos estender a jornada escolar nas escolas públicas para pelo menos sete horas diárias nas áreas de: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos na educação; arte e cultura; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Seis atividades são escolhidas a cada ano entre as possibilidades oferecidas, de acordo com o programa educacional que está sendo realizado pela escola. Uma dessas atividades deve obrigatoriamente constituir o macrocampo de acompanhamento pedagógico. O detalhamento de cada atividade, incluindo cardápio e recursos pedagógicos e financeiros previstos, é divulgado anualmente em cartilha específica sobre educação integral que acompanha a resolução do FNDE sobre o Programa de Fundos Diretos às Escolas (PDDE).

O caderno intitulado "Passo a Passo Mais Educação" delinea, de forma

sucinta, as diretrizes fundamentais direcionadas ao público-alvo do programa. Ademais, examina as responsabilidades dos profissionais participantes, incorporando as funções de educadores comunitários e coordenadores, além dos macrocampos e das atividades sugeridas

Diferentes experiências pedagógicas mostram que a escola desempenha um papel central na construção de uma agenda educacional integrada, com contribuições do alongamento da jornada escolar, das políticas públicas, dos equipamentos públicos e dos atores sociais que contribuem para a concretização de uma educação integrada com variedade e riqueza de experiências inovada e sustentável ao longo do tempo.

O programa tem em sua estrutura um Comitê Metropolitano ou Regional composto por representantes da secretaria, gestores escolares e outros parceiros (incluindo universidades) e comitês locais das disciplinas dos programas mais educativos da escola e representantes da comunidade escolar e do entorno. Esta estratégia de implementação e fortalecimento do Mais Educação constitui um espaço para articular ações e experiências e formular planos de ação com todos.

O paradigma contemporâneo da educação é caracterizado pelo entendimento de que o campo da escolarização transcende os limites físicos da escola, abrangendo seu entorno e a cidade, repleta de múltiplas possibilidades educativas. Essa abordagem reconhece que o aprendizado ocorre em diversos contextos, enriquecendo a experiência educacional de forma ampla e inclusiva. Os conteúdos curriculares fundamentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 - LDB), manifestam sua expressão mais pertinente por meio de um diálogo intrínseco com os temas que permeiam a estrutura e a vivência contemporâneas. Em uma sociedade que se proclama republicana e democrática, essa interação torna-se fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente significativa.

O programa Mais Educação é coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) em colaboração com as secretarias de educação dos estados e/ou municípios. Suas atividades são realizadas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As áreas do programa foram definidas inicialmente priorizando escolas localizadas na capital e regiões metropolitanas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

As atividades desenvolvidas nas escolas nos macrocampos (Quadro 1), do Programa Mais Educação, começaram em 2008 com 1.380 escolas em 55 municípios de

26 estados e no Distrito Federal com 386 mil alunos. Em 2009, o número de escolas cresceu para 5.000 em 126 municípios de todos os estados e Distrito Federal com 1,5 bilhão de alunos matriculados pelas instituições e redes de ensino relacionadas. (MEC, 2008).

Em 2010, o programa foi implantado em 389 municípios, atendendo aproximadamente 10 mil educandários e atendendo a 2,3 milhões de alunos com base nos seguintes critérios: escolas com certificação PDDE / Integral em 2008 e 2009; escolas com IDEB baixo e/ou situadas em áreas de vulnerabilidade social; instituições nas capitais e cidades das nove regiões metropolitanas e escolas com população superior a 90 mil habitantes.

No ano 2011, 14.995 escolas com 3.067.644 alunos participaram de Programas Mais Educação complementar atendendo somente as escolas públicas tanto estaduais ou municipais com baixo IDEB avaliado pelo PDE / escola 2009; escolas em áreas socialmente desfavorecidas e escolas em cidades-estados com população igual ou superior a 18.844 habitantes.

O Programa Mais Educação (PME) teve a duração de nove anos entre 2007 e 2016, foi considerado do Brasil melhor em recursos, diante dos objetivos do Plano de Desenvolvimento em Educação (PDE), foi uma importante estratégia para educação do Brasil, quanto a agenda da educação integral. O Programa propõe uma educação que se amplia com tempos e espaços, com outras atividades, e não é mais “a mesma”, como afirma Moll (2012, p. 133).

A identidade do Programa Mais Educação é a sua preocupação em ampliar a jornada escolar modificando a rotina da escola [...]. Esse aspecto refere-se ao esforço para contribuir no redimensionamento da organização seriada e rígida dos tempos na vida da escola, contribuição esta reconhecida nos conceitos de ciclos de formação que redimensionam os tempos de aprendizagem e de cidade educadora, território educativo, comunidade de aprendizagem que pautam novas articulações entre os saberes escolares, seus agentes (professores e estudantes) e suas possíveis fontes. Esses últimos articulam as relações entre cidade, comunidade, escola e os diferentes agentes educativos, de modo que a própria cidade se constituía como espaço de formação humana.

Desde 2009, o processo de afiliação, é realizado por meio de ficha eletrônica gerada pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da educação (SIMEC). O governo federal destina para o desenvolvimento de cada

atividade como: recursos para pagar os monitores adquirir kits de materiais, contratar pequeno serviço e fornecer materiais consumíveis e permanentes. Dependendo das atividades escolhidas, as escolas beneficiárias também poderão receber conjuntos de instrumentos para banda filarmônica, hip hop, rádio escolar, entre outros, de acordo com o Manual do PDDE – Educação Integral.

É claro que a educação em tempo integral no Brasil se estabelece como uma política pública consolidada, respaldada por relevantes líderes educacionais, docentes e comunidades. Esses grupos não apenas ampliam o acesso ao ensino fundamental, mas também contribuem significativamente para a reinvenção do sistema escolar. O governo reconhece que a ampliação do tempo, do espaço e das oportunidades educacionais enriquece o processo de ensino-aprendizagem, resultando em um aprimoramento significativo na experiência do aluno.

Como ideal de uma educação pública e democrática, a proposta de educação integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como ser de direitos. Partindo deste entendimento, a Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) incorporou em seus desafios a promoção da Educação Integral, e, com ela, a perspectiva de ampliar tempos, espaços, atores envolvidos no processo e oportunidades educativas em benefício da melhoria da qualidade da educação dos milhares de alunos brasileiros. Desse ideal constitui-se o Programa Mais Educação como estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo. (BRASIL, 2010, p. 5)

A inquietação em ampliar a existência de crianças e adolescentes na escola aliada ao conceito de que a educação é o motor do desenvolvimento econômico, que gera riqueza na educação considerada como um "valor econômico" de acordo com as intenções do capital, com a convicção de abastecer a tarefa e dinheiro. Nessa versão, é criado o Programa Mais Educação (PME), projeto voltado para a educação básica, implantado em 2007 como política convencidora da educação integral.

### 2.3- O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA: ATIVIDADES CONTEXTUAL

E a partir de 2009, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), aprovou o Programa Mais Educação que faz parte do governo federal implementado por intermédio do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação política que incentiva a

educação integrada no Brasil. Em tese, se os alunos permanecer mais tempo na escola ampliarão suas oportunidades educacionais e diversificarão os conteúdos de ciências, artes, esportes e cultura com suporte pedagógico e orientação educacional adequados.

Diante das atividades do Programa Mais Educação são trabalhadas com oficinas bem estruturadas para cumprir a jornada escolar, com a carga horária de sete horas, ou seja, em um turno, com atividades do currículo escolar e no segundo turno, são atividades versáteis na forma de oficinas e atividades lúdicas de estudo. Vale ressaltar que as escolas podem desenvolver as atividades interno ou externo, sendo em espaço disponível para a escola (SEMED, 2013).

A SEMED é encarregada da contratação de professores para as atividades pedagógicas de língua portuguesa e matemática. Por sua vez, os monitores são convocados nas comunidades locais, sendo convidados a colaborar com a escola.

Esses profissionais trabalham em colaboração em equipe, e para subsidiar o transporte, recebem unicamente um benefício do Programa Mais Educação. Contudo, os temas das oficinas são definidos pelas escolas, sem a interferência da SEMED, devendo estar embasados nos macrocampos previstos no projeto pedagógico do programa. Destacam-se entre as atividades aprovadas pela comunidade escolar de Santarém: teatro, xadrez, ciclismo, canto coral, rádio escolar, arte circense, caratê/capoeira, banda fanfarra, dança e a implementação de uma horta escolar/canteiro sustentável.

Reconhecemos que os programas e projetos, assim como os temas abordados em workshops, representam oportunidades valiosas para enriquecer a trajetória escolar e diversificar o currículo. Iniciativas nas áreas de esportes, lazer e artes, em particular, visam não apenas o desenvolvimento de habilidades, mas também a promoção do desempenho dos alunos. Essas experiências complementares são essenciais para a formação integral do estudante, permitindo um aprendizado mais dinâmico e abrangente. Em essência, o Programa Mais Educação busca promover diversos objetivos; no entanto, enfrenta sérias dificuldades devido à inadequada infraestrutura das escolas onde as oficinas são realizadas. Esses ambientes frequentemente são confinados, apresentam péssima qualidade térmica e sofrem com a escassez de treinamento adequado. Além disso, a falta de distinção entre as oficinas e os projetos pedagógicos contribui para a fragilidade deste programa em uma região marcada pelo calor intenso e pelo desmatamento.

A fragmentação do currículo não pode ser vista em sua própria proposta, onde a escola tomaria experiências, linguagens diferentes, uma forma de ver o mundo e

interpretá-lo, dando-lhe um novo significado acerca do currículo oficial.

Por outro lado, um grupo oferece oficinas temáticas para outro grupo, pensando por eles, não com eles. A articulação dos saberes escolares com os saberes da vida, visto como sentido novo ao currículo<sup>5</sup>, onde o saber, como a sociedade, não é estativo, mas histórico, e isso facilitaria o desmonte desse parecer dominante, e sim favorecendo conhecimentos da cultura local.

Assim, ao focar unicamente no suporte pedagógico nas disciplinas de português e matemática, o Programa Novo Mais Educação (PNME) restringe as oportunidades educacionais, sociais e culturais dos alunos ao longo de sua trajetória escolar. Esta abordagem limitada pode prejudicar o desenvolvimento holístico dos alunos, uma vez que este se fundamenta na diversidade de experiências e conhecimentos proporcionados pela instituição de ensino. O programa presencial evidenciou resultados substanciais, particularmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Entretanto, é crucial que implementemos medidas que favoreçam uma educação integral sob uma óptica holística.

Portanto, no dia 30 de março de 2021, houve a mudança de nomenclatura do programa Mais Educação pelo o programa Brasil na Escola - (PBE), instituído pela Portaria nº 177, nesse novo programa tem o objetivo principal de estimular e despertar meios e mudanças para certificar a existência de novas aprendizagens e do avanço Fundamental, com o propósito de reduzir os índices de evasão e reprovação escolar.

Por fim, podemos frisar, que a partir do ano de 2019, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município melhorou bastante foi alcançado 5,2, com escolas atendidas com o Programa Mais Educação, que se entendeu no ano de 2021 para a 5,4 das escolares municipais, um crescimento de dois (2) pontos percentuais em comparação à 2019. E a mesma pontuação se dá nos anos finais (6º ao 9º ano) onde o município também cresceu dois pontos percentuais com 4,6 em 2019 e subindo para 4,8 em 2021, quando houve a mudança da nomenclatura do programa Mais Educação (PME), pelo o programa Brasil na Escola (PBE), que ajudou bastante a reverter o quadro dos resultados negativos em relação as taxas de aprendizagens. Essa novidade se daria articulando saberes escolares com saberes de vida significado para um currículo onde o conhecimento, como a sociedade, não é estático, mas história e que possibilitaria

---

<sup>5</sup> Conhecimentos sobre a forma como as instituições de ensino gerenciam as informações socialmente produzidas que precisam ser transmitidas aos alunos.

o desmonte dessa ideia hegemônica, inclusive elementos da cultura local.

### **3 – METODOLOGIA**

Para a condução desta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, aliando métodos bibliográficos e documentais. Essa escolha justifica-se pela abrangência do material analisado, que inclui obras impressas como livros, revistas e teses, entre outros. Essa metodologia enriquece a compreensão e a análise do tema em questão. Caracteriza-se por uma revisão da literatura. Em síntese, foram explorados todos os aspectos que estavam ao alcance da investigação proposta, no que diz respeito ao tema abordado.

#### **3.1- Pesquisa Qualitativa**

À luz da temática da pesquisa, o propósito consiste em analisar o Programa Mais Educação e a realidade da educação integral no município de Santarém/PA. Esta pesquisa visa explorar as sutilezas e as repercussões desse programa no âmbito educacional local. Compreender o processo de implementação da educação integral no contexto da política educacional e sua materialização no âmbito municipal.

A compreensão das características da pesquisa e da abordagem qualitativa exige um conhecimento metodológico específico, suficiente para evidenciar a natureza intrínseca do estudo.

É importante mencionar um conjunto de métodos que, por sua vez, podem englobar diversas citações epistemológicas. Há uma variedade de metodologias de pesquisa que podem adotar uma perspectiva qualitativa, enfatizando, assim, seus fundamentos epistemológicos em detrimento das particularidades metodológicas. (Severino, 2017). (Severino, 2017)

Diante dessa citação, Severino (2017) A pesquisa foi ampliada de modo que se baseasse nos fatos reais das informações visíveis, pois para ele a pesquisa bibliográfica significa puramente a base da busca de todas as informações colhidas diante do material escrito analisado.

E é por essa razão que, conforme Bicudo (2006, p. 106). diz que: "incorpora a noção de subjetividade, capaz de desvendar sentimentos e opiniões."Conectando semelhanças, diferenças e observações, independentemente das normas estabelecidas. Segundo Bardin (2009, p.141) afirma que a pesquisa qualitativa"reflete a veracidade na elaboração das conclusões sobre eventos, a partir de uma inferência pertinente.

De acordo com Teixeira (2005, p.137), retrata que, o pesquisador precisa buscar aproximação entre teoria e dado, contextualizando de forma lógica diante da análise fenomenológica, ou seja, compreender os fenômenos através da descrição e interpretação como todo, porém, na pesquisa qualitativa retratar um campo importante de forma descritiva e interpretativa engrandecendo os recursos analíticos e ainda o que foi coletado diante do presenciado (realidade).

Para Merriam (1998) a pesquisa qualitativa, contém dados descritivos de um estudo crítico ou interpretativo específico, que examina as relações humanas em diferentes situações e a complexidade de um determinado fenômeno para descobrir e traduzir os fatos, significado e eventos.

Quanto a Brandão (2001), ressalta que:

A pesquisa qualitativa (...) é sobre os significados que as pessoas dão às suas experiências do mundo social e como as pessoas dão sentido a esse mundo. Portanto, ele tenta interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.) a partir do significado que as pessoas lhes atribuem; por isso costuma ser chamada de pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p. 153).

Nessa citação, a pesquisa qualitativa é tratada diante dos conceitos levantados, a partir de uma visão advinda da prática social. Oliveira e cols. (2020, p. 02), "[...] a pesquisa qualitativa traz respostas as questões mais específicas, que de fato precisa de uma explicação mais analítica e descritiva". E se tratando de dados qualitativos, (MINAYO,2009) afirma que, nada é possível e sim impossível, porque através do impossível se faz a objetivação descrever com precisão o real (fato). É lógico, com seus direitos, a pesquisa qualitativa busca a procurar o acontecimento do todo, levando em consideração as opiniões das pessoas e a sua interação social, pois na introdução da pesquisa é elaborada a partir das investigações dos participantes.

O estudo de Gil (1999) evidencia que a pesquisa qualitativa envolve a dinâmica e abordagem do problema em questão, buscando descrever e elucidar um sistema intrincado de significados. Pois envolve a compreensão do contexto em que o fenômeno se manifesta.

Nesse entendimento, a pesquisa qualitativa é a prática de análise, observação, descrição e interpretação de um fenômeno para entender seu significado. Mayring (2002) define a pesquisa qualitativa como um processo personalizado que é de natureza comunicativa e inserido em um contexto de métodos e técnicas que retêm um caráter procedimental e reflexivo.

Segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa traz as perspectivas, participativas e autorreflexivas.

Minayo (2009) argumenta que:

A pesquisa qualitativa fornece respostas a questões relacionadas a um conjunto de fenômenos humanos, entendidos aqui como parte da realidade social, pois as pessoas se destacam não apenas por agir, mas também por pensar sobre o que fazem e interpretar suas ações interna e externamente. a realidade foi vivida e compartilhada com os pares (MINAYO, 2009, p. 21).

Knechtel (2014) corrobora as ideias de Minayo (2009) e afirma que as principais características da pesquisa qualitativa retratam a natureza socialmente construída da realidade, a relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. e as características e processos criados e significativos da experiência social.

No entanto, a pesquisa qualitativa parece ser caracterizada por sua descrição, ou seja, natureza é enfatizada. Como argumentou Flick (2004), a pesquisa qualitativa é complexa, dialógica com diversidade e flexibilidade e baseada em orientações filosoficamente de raízes filosóficas que requerem o uso de entrevista e observações detalhadas (métodos interpretativos); análise de casos especiais; avaliando descrições individuais e usando narrativas históricas, materiais biográficos e autobiográficos. Nesse propósito, a pesquisa qualitativa vai além das informações fornecidas e/ou coletadas, até a sua finalidade é aprofundar o conhecimento sobre o objeto de pesquisa.

O valor científico da pesquisa merece destaque. É fundamental descrever a observação e compreender os fenômenos de maneira significativa e precisa, especialmente por meio do método qualitativo. Seus conceitos são flexíveis e são analisados por grupos de interpretações, os quais delineiam um construtivismo científico que preserva a percepção da realidade. A pesquisa qualitativa fundamenta-se na observação, descrição e análise frequente de fenômenos.

Assim, Triviños (1987) defende que a investigação qualitativa em educação não necessita de se basear em resultados estatísticos para ter valor científico, pois com um forte aporte teórico pode resolver questões problemáticas e produzir informação científica.

[...] Orientado pela abordagem qualitativa, o pesquisador tem ampla liberdade teórica e metodológica para realizar a pesquisa. Os limites de sua iniciativa especial são determinados apenas pelas condições necessárias para o trabalho científico. Repetimos que deve ter uma estrutura coerente e coerente, originalidade e um nível de objetividade

capaz de obter a aprovação dos pesquisadores em um processo de avaliação intersubjetiva (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

A pesquisa qualitativa é, portanto, preferida como uma disciplina que pode ser vista por meio de atividades de pesquisa mediadas pela coleta de informações e dados em grande escala e pelo registro preciso dessas coletas.

### 3.2- Pesquisa Bibliográfica

No que diz respeito à metodologia, são patentes características singulares, dado que o objetivo é analisar a implementação do programa Mais Educação no município de Santarém, no estado do Pará. Certamente! Aqui está uma reformulação mais sofisticada da sua frase: "É imperativo conduzir uma análise crítica e reconhecer os desafios que podem emergir ao avaliar essa possibilidade.

"A pesquisa bibliográfica constitui um recurso essencial para a identificação, através de fontes documentais, dos elementos imprescindíveis à consecução dos objetivos almejados. Ela possibilita a identificação de metodologias e teóricos que sustentam a investigação, harmonizando-se, portanto, com o objetivo da pesquisa. Dessa maneira, a revisão da literatura não apenas fundamenta a pesquisa, mas também aprofunda a compreensão do tema abordado. O que é objeto de estudo, talvez, seja o conhecimento que dele se extrai. A pesquisa bibliográfica é realizada com base em material já preparado, que consiste principalmente em livros científicos. Embora quase todos os estudos apresentem esse tipo de trabalho, a pesquisa é desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. O estudo das ideologias, bem como daquelas que fornecem uma análise de diferentes visões de um problema, costuma ser desenvolvido quase que exclusivamente por meio de fontes bibliográficas. (GIL, 1946, p.44)

Este estudo é de natureza bibliográfica e está baseado em fontes secundárias de conteúdo retiradas de livros, sites e outros estudos baseados no CAVALIERE (2014), FERREIRA (2008), FLICK (2004), entre outros.

A pesquisa está intrinsecamente conectada à constituição social do pensamento. Materiais pertinentes, tais como livros e artigos acadêmicos, estão acessíveis em uma variedade de plataformas digitais e periódicos eletrônicos.

Conforme Gil (1946, p.45)

A pesquisa bibliográfica fornece ao pesquisador informações mais abrangentes para o indivíduo, pois a pesquisa imediata da pesquisa que está sendo feita pode levar tempo, por exemplo, o pesquisador pode viajar pelo território do Brasil para coletar informações

relacionadas à sua pesquisa. Isso seria completamente impossível, a pesquisa bibliográfica adequada contribui muito para esse fato, porque justamente por meio dessa pesquisa você pode acessar os fatos do passado, que só estão disponíveis com base em informações bibliográficas.

Segundo o autor, a pesquisa bibliográfica é comum na elaboração de artigos acadêmicos, sendo base e suporte para a busca de informações mais amplas e detalhadas sobre o trabalho realizado, e afirma ainda que alguns desses estudos são exploratórios e podem ser usado como pesquisa bibliográfica.

Neste estudo se propõe a utilizar a pesquisa exploratória, porque segundo Gil (2011, p. 18) “o objetivo é aumentar o conhecimento sobre o problema; inclui pesquisa bibliográfica, entrevistas com pessoas que têm experiência prática sobre o problema; geralmente na forma de pesquisa bibliográfica”.

A pesquisa bibliográfica baseia-se em publicações já existentes. Tradicionalmente, esse tipo de investigação engloba publicações como monografias, periódicos, jornais, teses, dissertações e relatos de eventos científicos.

Na contribuição de Marconi e Lakatos (1996, p. 66), o estudo bibliográfico “inclui toda a bibliografia já publicada no período da pesquisa. Este estudo utiliza pesquisa bibliográfica, que é organizada a partir de materiais já publicados como livros, artigos, revistas, internet, etc. Severino (2007, p. 122) menciona que:

A pesquisa bibliográfica consiste na investigação realizada com base nos registros disponíveis provenientes de estudos anteriores, contidos em documentos impressos, como livros, artigos e teses. Essa abordagem permite a construção de um conhecimento sólido e fundamentado, refletindo a evolução de um determinado tema ao longo do tempo. Recorre-se a dados ou categorias teóricas previamente exploradas por outros pesquisadores e devidamente documentadas. Os textos transformam-se em fontes ricas para a exploração de temas a serem pesquisados. O pesquisador fundamenta seu trabalho nas contribuições dos autores cujas análises estão presentes nos textos. A pesquisa bibliográfica é um procedimento exclusivamente teórico, entendido como um cruzamento ou um encontro com o que foi dito sobre determinado assunto.

Daí, a importância de termos uma investigação bibliográfica atualizada, bem como embasada nas principais referências que pesquisaram sobre o nosso objeto de investigação a fim de que possamos delinear sobre como desenvolver a pesquisa. Além disso, a pesquisa documental contribui para essa dissertação, pois é uma forma de conhecer as orientações que foram feitas para que haja o programa mais educação no

Brasil, bem como a sua materialização no nosso município.

### 3.3- Pesquisa Documental

A escolha da análise documental baseia-se na percepção de que este procedimento metodológico busca esclarecer as condições históricas, sociais, culturais e políticas que se interconectam com o objeto de pesquisa. O documento na qualidade de fonte, é produzido dentro de um contexto histórico determinado.

Dessa maneira, a análise documental não apenas contextualiza a problemática em questão, mas também aprimora a interpretação dos dados coletados. O contexto do processo, assim, revela traços que evidenciam as condições sociais, além dos valores econômicos e políticos de seus autores.

Severino (2007, p.122), A pesquisa documental é entendida como um “[...] registro disponível, oriundo de investigações anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros.” Tal abordagem ressalta a relevância das fontes preexistentes na edificação do conhecimento. Não se limitando exclusivamente a documentos impressos, a cobertura abrange uma diversidade de formatos, incluindo jornais, fotografias, filmes, gravações e documentos legais. Esses elementos exercem uma função vital na conservação da memória e na propagação de informações.

A pesquisa documental constitui uma abordagem investigativa que utiliza fontes primárias, definidas como materiais e informações que permanecem isentos de qualquer elaboração científica ou análise. Esta metodologia possibilita uma investigação direta de dados primários, aprofundando a análise e a compreensão do objeto de estudo. A pesquisa documental apresenta objetivos específicos e pode, de forma substancial, enriquecer uma investigação bibliográfica abrangente.

Segundo Gil (2002, p. 62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser uma "fonte de informação rica e estável": é barata, não requer contato com os sujeitos da pesquisa e permite aprofundamento. contato fontes de leitura.

A pesquisa documental se apoia em fontes mais diversas e dispersas sem abordagem analítica, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapetes, relatórios de empresas, vídeos de televisão, outros.

#### 3.3.1- Documentos Nacional

Este estudo analisou a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e a Lei Curricular Nacional nº 10.172/2001 (2001-2010) e a Lei nº 13.005/201 (2014 - 2024) por meio de materiais impressos e eletrônicos disponibilizados pelas tecnologias no campo da educação básica.

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país. A partir dessa definição de políticas públicas educacionais, é preciso avaliar criticamente em que medida, no que se refere a direito à Educação, elas têm sido concretizadas, isto é, se de fato têm sido corporificadas.

Conseqüentemente, poderíamos questionar se no Brasil existem políticas públicas educacionais que, em princípio asseguram aos seus cidadãos, especialmente no âmbito da Educação Básica, o direito ao acesso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, sugerimos uma análise que considere o percurso histórico da legislação brasileira, bem como as atuais tendências nas políticas educacionais.

**Quadro 2.** Documentos de base que orientaram a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas do Brasil

<b>LEI</b>	<b>NOME DO DOCUMENTO</b>
Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007.	Programa Mais Educação (PME).
O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016	Resolução FNDE nº 17/2017
Lei Nº 8.069/1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Lei Nº 9.394/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)
Lei nº 11.494/2007	O Fundo foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006.
O Fundo foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
Lei Nº 10.172 de 2001	PNE (2001-2011).
Lei Nº 13.005 de 2014	PNE (2014-2024).

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observamos abaixo os documentos que foram analisado no Estado do Pará e que estabelecem uma relação com o Programa Mais Educação, ou seja, o nosso objeto de investigação nesse trabalho dissertativo

### 3.3.2-Documentos do Estado do Pará

As fontes da coleta de dados foram os documentos oficiais da educação do Pará no período de 2007-2018 (PEE-PA/2010 e PEE-PA/2015; as Resoluções nº 002/2012 e nº 003/2012 – GS/SEDUC), o Censo Escolar/17 e o portal SEDUC-PA/18.

Os dados foram analisados por meio de metodologias de interpretação de conteúdo. Os resultados indicam um processo gradual na incorporação dos projetos governamentais à agenda do tempo integral. Ademais, os programas foram implementados sem a devida as condições estruturais das instituições de ensino e sem a preparação adequada da comunidade escolar frente às novas exigências e desafios que são cruciais para o êxito de um projeto de qualidade nas escolas públicas, especialmente no que tange à oferta de atividades em tempo integral.

**Quadro 3.** Documentos de base que orientaram a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas estaduais do Pará

<b>LEI</b>	<b>NOME DO DOCUMENTO</b>
Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2009.	Programa Mais Educação (PME).
Resolução nº 002/2012 - GS/SEDUC	Projeto Escola de Tempo Integral.
Resolução nº 003/2012 – GS/SEDUC	Organização e o funcionamento da escolade tempo integral.
Lei 13.005/2014	Plano Estadual de Educação- PEE-2010.
Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 no seu Art. 8º	Aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE.
Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015	Expressas as metas e as estratégias para o avanço da educação em tempo integral rumo à meta 6 do PNE II (2014-2024).
Lei nº 11.494/2007	(art. 10, inciso IX) que os recursos devem ser utilizados para o desenvolvimento do “ensino fundamental em tempo integral”.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir do levantamento dos documentos de base que orientaram a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas estaduais do Pará, passaremos a realizar o processo de análise a fim de que possamos compreender como a implementação das leis nas escolas de ensino integral no município de Santarém/PA. Sendo assim, entendemos como funciona a realidade do nosso município.

### 3.3.3- Documentos de Santarém

Para entender as medidas de ampliação do tempo escolar na perspectiva da educação integral em Santarém/PA, voltamos nosso olhar para a rede pública municipal, mais precisamente para as iniciativas locais e os programas federais aderidos pela Secretaria Municipal de Educação o Programa Mais Educação, no período de 2008 a 2014.

#### **Quadro 4.** Documentos de base que orientaram a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas de Santarém - Pará

<b>LEI</b>	<b>NOME DO DOCUMENTO</b>
Art. 4º da Lei nº 11.494/2007	FUNDEB ESTADUAL.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme os quadros apresentados, os documentos em questão abordam especificamente as escolas de tempo integral, enfatizando a mitigação dos desafios que permeiam a educação nacional, tais como a evasão escolar e a distorção idade-série. Visam, assim, aprimorar a qualidade educacional por meio da extensão da permanência do aluno na instituição de ensino e da diversificação dos conhecimentos e experiências contidos nos currículos pedagógicos, com ênfase nas áreas de ciências, artes, esportes e cultura.

Em relação às diretrizes para a melhoria da qualidade educacional no Brasil, as avaliações realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, ainda demonstravam resultados aquém dos desejados, principalmente na aquisição das habilidades de leitura, escrita e cálculo.

E quanto ao desempenho dos estudantes, apuradas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nesse sentido, houve as preocupações, quanto uma nova reformulação do PME e em 2016 foi aprovado o Programa Novo Mais Educação (PNME), mediante as leis, portarias, decretos, que amparasse o compromisso de todos em prol da educação.

### 3.4 - A análise de Conteúdo de Bardin (2011)

Com base no que foi exposto anteriormente torna-se necessário mencionar que utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2011) como instrumento de análise. Bardin (2011), o termo análise de conteúdo define:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Bardin (2011), mostra que a análise de conteúdo é utilizada desde as primeiras tentativas de interpretação da humanidade, mas Leavell a sistematizou como método apenas no século XX. A definição de análise de conteúdo apareceu no final dos anos 40 e 50 por Berelson com a ajuda de Lazarsfeld, mas somente em 1977 apareceu a obra de Bardin, "Analysis de Contenu" de Bardin, na qual o método foi utilmente definido em detalhes. instruções atuais.

Bardin (2011), trata que a utilização da análise de conteúdo envolve três etapas principais: pré-análise, exame do material e tratamento dos resultados - dedução e interpretação. Bardin (2011), as categorias podem ser criadas antes ou depois, ou seja, apenas com base na teoria ou após a coleta de dados.

Segundo Bardin (2011), as categorias devem possuir determinadas características, tais como: exclusão mútua - cada elemento só pode estar em uma categoria; homogeneidade - a análise deve ter apenas uma dimensão para definir uma classe. Se os níveis de análise forem diferentes, eles devem ser divididos em diferentes categorias; relevância - as categorias devem estar relacionadas às intenções do pesquisador, objetivos da pesquisa, questões norteadoras, características da mensagem, etc.; objetividade e fidelidade - se os assuntos e indicadores que determinam a inclusão de um elemento em uma categoria são muito claros, não há distorção da subjetividade

dos analistas; produtividade - as categorias são produtivas se os resultados derem conclusões frutíferas, novas hipóteses, dados precisos.

Isso conclui o processo de análise de conteúdo. É pertinente salientar que, embora haja três etapas a serem observadas, existem inúmeras nuances em sua implementação. Assim sendo, a flexibilidade na abordagem é essencial para acomodar as particularidades de cada contexto. A comunicação, foco de nossa investigação, pode ser abordada a partir de múltiplas perspectivas. Essa variedade de perspectivas enriquece a compreensão do assunto. As unidades de análise podem apresentar uma variabilidade significativa: enquanto alguns pesquisadores optam por focar em palavras, outros preferem lidar com frases, parágrafos e, em certos casos, trechos, completos, de texto.

A análise de conteúdo, na abordagem qualitativa, baseia-se em um conjunto de pressupostos que fundamentam a investigação do texto, com o objetivo de captar seu significado simbólico. Essa metodologia possibilita uma compreensão mais abrangente e sofisticada das sutilezas presentes nas obras examinadas. Esse significado não é necessariamente claro e sua interpretação não é singular. Pode ser analisado sob múltiplas perspectivas.

Outro conceito, a análise de conteúdo é uma coleção de técnicas de análise de comunicação, então a importância da semântica no desenvolvimento do método é enfatizada neste campo. A semântica aqui é entendida como a busca do sentido do texto.

Então Bardin (1977) diz que, a análise de conteúdo nasceu nos Estados Unidos no início do século XX. Inicialmente, o objeto analisado foi principalmente de cunho jornalístico, e posteriormente textos de propaganda.

Assim, a finalidade da análise de conteúdo é um método de análise de dados de pesquisas qualitativas, ou seja, é um método de análise de dados que descreve e ilustra uma realidade que não pode ser quantificada.

No próximo capítulo dialogamos sobre os resultados que foram obtidos a partir do delineamento da metodologia que foi apresentada.

#### **4 - O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM SANTARÉM/PA: AVANÇOS E RETROCESSOS**

Para uma compreensão mais aprofundada da evolução do Programa Mais Educação, direcionamos nossa atenção à rede pública de ensino no Brasil, com especial

foco no município de Santarém/PA. Atualmente, é imperativo que organizemos uma estrutura que descreva a disposição dos documentos nacionais; identifique os pontos comuns entre os dois programas de educação; aponte as divergências entre eles promova uma análise sobre o Pará e, por fim, conclua com a discussão relativa a Santarém/PA.

#### 4.1 – Documentos Nacionais

Com este estudo, obtemos os documentos de base entre os períodos de 2007 e 2010, orientando a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas do Brasil, com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e a Lei Curricular Nacional nº 10.172/2001 (2001-2010) e a Lei nº 13.005/201 (2014 - 2024), por meio de materiais impressos e eletrônicos disponibilizados pelas tecnologias no campo da educação básica, trazendo respaldo para assegurar um trabalho a serem executado de forma segura e confiável, para obter resultados positivos.

**Quadro 5.** Documentos de base entre os períodos de 2007 e 2010, orientando a materialização da proposta de escola de tempo integral nas escolas públicas do Brasil.

<b>2007</b>	<b>2010</b>
Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007- Programa Mais Educação (PME).	Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2009 - Programa Mais Educação (PME).
Lei nº 11.494/2007 - O Fundo foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006.	Resolução nº 002/2012 - GS/SEDUC - Projeto Escola de Tempo Integral.
Lei nº 11.494/2007 - (art. 10, inciso IX) que os recursos devem ser utilizados para o desenvolvimento do “ensino fundamental em tempo integral”.	Resolução nº 003/2012 – GS/SEDUC - Organização e o funcionamento da escola de tempo integral.
Decreto nº 6.253/2007 (artigo 4º) - LDB.	Lei 13.005/2014- Plano Estadual de Educação- PEE - 2010
Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 - O Compromisso Todos Pela Educação.	Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 no seu Art. 8º - Aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE.
Art. 4º da Lei nº 11.494/2007 - FUNDEB ESTADUAL.	Resolução nº 002/2012 - GS/SEDUC - Projeto Escola de Tempo Integral.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Assim, esses documentos acima citados, observa-se que os dois tem envolvimento, no que tange O PME, focando na preocupação com os resultados do aprendizado dos alunos, principalmente nas similaridades e nas diferenças, entende-se que todas as discussões do governo foram focando em obter resultados através dos investimentos, então o diálogo entre o governo federal, do estado e município foi de forma marcante e transparente, pois a finalidade de obter resultados positivos mais rápido possível, e essa foi uma estratégia de investir na educação, no propósito de minimizar os problemas que vem se arrastando há muitos anos, e o pior mais na região de Varzea, aonde obtém mais dificuldades para ensinar com qualidade, com isso, ainda temos muito em avançar, mas foi através dos documentos que nos deu mais segurança quanto os valores a serem investidos pelos os governos e assim, funcionar com mais legitimidade.

Para Guará (2009), é fundamental que o conceito de educação integral encontre amparo jurídico na legislação brasileira. Moll (2012), reforça essa ideia, ao afirmar que os marcos legais e as ações indutoras para a ampliação, qualificação e reorganização da jornada escolar podem contribuir para a modificação da estrutura da organização da educação nacional. E para entender melhor o quadro acima, pode observa-se que o PME foi criado no âmbito do PDE, a partir da Portaria Interministerial nº 17/2007, constituindo-se em uma estratégia do Governo Federal com objetivo de “induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral” (BRASIL, 2010), sempre pautando-se na diminuição dos problemas que estão no cerne da educação nacional, como a evasão escolar e a distorção idade série, buscando melhorar a qualidade da educação escolar, sobretudo a partir da ampliação do tempo que o aluno permanece na escola, bem como através da diversificação dos saberes e das vivências presentes nos conteúdos pedagógicos com ênfase em ciências, artes, esportes e cultura (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, podemos frisar tanto os governos estaduais e municipais, aderiram o Programa Mais Educação (PME), visto que, o foco era melhorar os resultados do nosso país, para precisamente vindo dos estados e municípios, e foi com esse intuito que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), aderiu em 2009 e encerrado em 2015 quando foi reformulado, e já alcançando resultados significativos.

Dessa forma, com toda as suas similaridades e diferenças, o PME desenvolvia suas atividades, recebidas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Ensino Integral - um meio

de promover a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação do tempo de aprendizado do aluno na escola.

E foi nos documentos que se respaldaram que deveria investir e assegurar o desenvolvimento do PME no Brasil, e especificamente em Santarém/PA, quando o enfoque recaiu sobre a educação escolar, onde se pensaram as práticas educativas.

Coelho e Menezes (2007) evidenciam que de acordo com o referido artigo 205 da Constituição de 1988, legalmente, o Estado assume prioritariamente o dever de garantir a educação para todos, isso pois, há um entendimento de educação como elemento essencial para o desenvolvimento da pessoa, para o exercício pleno da cidadania e para a qualificação para o mundo do trabalho. E como o objetivo é o desenvolvimento integral do aluno através de vivências sociopedagógicas nas dimensões cultural, artística, política e de integração da escolarização. As atividades desenvolvidas deveriam ter acompanhamento pedagógico, alargando o horário de permanência na escola, aumentando a jornada escolar para pelo menos sete horas diárias.

Em 2019, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) atendeu a 63.335 alunos, distribuídos em 398 escolas e unidades de educação infantil, sendo: 89 unidades escolares na área urbana; 86 unidades no Planalto; 223 na região de rios (SEMED, 2019).

Os avanços ocorreram de maneira gradual, com uma ênfase particular no atendimento a um público cuja vulnerabilidade social é uma prioridade nos programas e projetos dessas instituições.

Essa abordagem cuidadosa reflete o compromisso em atender às necessidades de grupos em situações delicadas. O argumento de que é necessário transformar a educação para superar a desigualdade social e atender adequadamente as populações de baixa renda era especialmente contundente nas escolas públicas. Diante disso, acreditando no programa, mostramos também o incentivo de professores e gestores que se uniram à comunidade escolar para levar aprendizagem ao espaço urbano e implementar projetos de ampliação do espaço de aprendizagem com materiais interativos que falem sobre as tendências do setor educacional, com o objetivo de educar os interessados e implementá-lo.

Assim, como retratar os estudiosos Moll, et.al. (2012), onde defendem que é através da educação o mundo se transforma para melhor, ou seja, o papel dos especialistas educacionais na produção e aplicação do conhecimento tem passado por um processo de consolidação, pois os implementadores de “boas práticas” se destacam

no processo educacional.

Diante do contexto apresentado, é crucial destacar o progresso deste estudo na identificação da formalização da colaboração entre o PME e a educação integral. Da política de diretrizes do PME, que exerceu um impacto significativo na rede municipal de ensino, considerando tanto a quantidade de instituições educacionais quanto o volume de alunos atendidos. Como é de nosso conhecimento, o programa foi implementado com o objetivo de aprimorar o desempenho acadêmico dos alunos e, especialmente, de transformar a abordagem metodológica dos mediadores de aprendizagem. A melhoria em seus resultados acadêmicos é indiscutivelmente perceptível.

Essas informações provocam reflexões acerca dos significados e interpretações que são elaborados em torno do processo de expansão da trajetória educacional. Cremos que a ampliação da permanência dos alunos deve ser encarada não apenas como uma abordagem para solucionar as questões sociais, econômicas e educacionais da contemporaneidade.

O art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

Embora os documentos legais e normativos do programa representa uma política de universalização da educação integral e de democratização do ensino, percebe-se que esse objetivo não é consistente, pois nem todos os alunos frequentam as escolas onde o programa é desenvolvido, com atividades de acordo com a presença de critérios de seletividade.

No art. 206, encontram-se descritos princípios que embasam o ensino. São estes:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e disseminar o pensamento, a arte e o conhecimento;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade;
- VIII. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da

educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988).

Assim, tais princípios nos levam à elucidação de que a Constituição Federal também defende o financiamento da educação, com o intuito de valorizar os profissionais da área, promover uma gestão democrática e assegurar a igualdade nas condições de acesso e permanência escolar. Constatamos que a preocupação em garantir a qualidade da educação transcende a mera expansão da carga horária escolar; abrange uma variedade de fatores interconectados que influenciam o processo educacional

O programa não alcança a democratização e universalização do ensino, pois não garante a igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, que é um dos direitos básicos do cidadão. Mas a perspectiva que vai além de uma metodologia ou modalidade de ensino, configurando-se em uma construção de caráter estrutural de uma escola de qualidade para todos (MOLL, 2019), “[...]nenhuma escola construída como “escola de turno”, “transforma-se”, de um dia para o outro, em escola de jornada ampliada, em que a escola inclui várias refeições diárias, em escola que acompanha, qualifica e diversifica a experiência formativa de seus estudantes”.

Por último, realiza-se uma análise da situação: constatam-se a insuficiência de recursos financeiros destinados à educação e a falta de meios para remunerar adequadamente os serviços dos monitores, limitando-se o apoio apenas às suas despesas de alimentação e transporte, o que obstrui a participação de profissionais qualificados. Em virtude disso, observa-se uma desmotivação entre eles, caracterizada pela falta de qualificação e pela execução de um trabalho cujos objetivos almejados permanecem inatingíveis.

É imprescindível discutir tais questões para assegurar uma implementação eficiente e duradoura deste modelo educacional. Dessa forma, a evolução da educação integral no Brasil permanece sendo uma empreitada intrincada e desafiadora. Esses desafios requerem um empenho incessante e uma dedicação firme à avançar a qualidade da educação.

#### 4.1.1- Pontos comuns aos dois programas Mais Educação

No âmbito dos diversos programas federais implementados nas instituições de ensino básico público, sobressai o Programa Mais Educação (2007-2016) e, posteriormente, o Programa Novo Mais Educação (2016).

Ambos têm como objetivo elevar a qualidade educacional e fomentar o

desenvolvimento holístico dos estudantes. Neste contexto, o propósito foi delinear as intersecções entre os programas, bem como explorar suas semelhanças e discrepâncias em relação aos objetivos e propostas de ampliação da jornada escolar, o que favoreceu a construção de uma concepção de educação integral orientada para a expansão da educação pública.

No que diz respeito aos dois programas distintos do governo federal, o Programa Mais Educação, que esteve em vigor até 2016, tinha como objetivo aprimorar a aprendizagem de forma contínua.

No entanto, seu propósito ia além, buscando promover uma educação integral para os alunos, independentemente da faixa etária. As atividades propostas conectavam aspectos culturais e éticos por meio de diversas linguagens, como música, dança e arte.

O PNME aborda, de forma clara, a concepção de uma instituição de tempo integral com o intuito de aprimorar a aprendizagem e o desempenho dos alunos.

Essa abordagem visa não apenas mitigar o fracasso escolar, mas também impulsionar resultados quantitativos positivos em avaliações externas e em larga escala, especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Assim, procura-se garantir uma educação mais eficaz e abrangente, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse sentido, PME e PNME apresentam de forma mais ampliada a jornada escolar, na concepção de uma educação divergente. O PNME traz para uma direção inversa do que era proposto pelo PME:

[...] é importante ressaltar que o aumento do tempo escolar necessário. Educação Integral que propomos não objetiva dar conta apenas dos problemas que os alunos enfrentam devido ao baixo desempenho nos diversos sistemas de avaliação, pois o que se pode constatar, em alguns casos, é que o aumento da jornada de trabalho escolar dos alunos em disciplinas específicas, como Matemática ou Língua Portuguesa, tem gerado processos de hiperescolarização, que não apresentam os resultados desejados (BRASIL, 2009, p. 36).

Sabe-se que o foco era somente para algumas disciplinas resultando na hiperescolarização. Os componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa são colocados em primeiras posições em relação as outras aprendizagens que vem trabalhar a integralidade de todos.

**Quadro 6** – As similaridades entre o Programa (Novo)Mais Educação e Programa Mais Educação

PONTOS EM COMUM ENTRE OS NOMES DOS PROGRAMAS	
CURRICULO	CULTURA/ARTES e ESPORTE/LAZER.
CURSOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR)</li> <li>Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)</li> <li>2) Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência)</li> <li>3) Programa Novos Talentos</li> <li>4) Universidade Aberta do Brasil (UAB)</li> <li>5) Programa de Formação Continuada de Educadores na Educação Especial</li> <li>6) Portal do Professor</li> <li>7) Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – Proinfo Integrado</li> <li>8) Programa Banda Larga nas Instituições de ensino.</li> <li>9) Programa um computador por Educando.</li> </ol> <p>Projeto Gestor – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica / Formação de Mestres para a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.</p>
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	<p>É imperativo que se assume a responsabilidade de fomentar a formação contínua dos mediadores de aprendizagem e facilitadores. Considerando que nem todos têm vivência no contexto educacional, é imprescindível prepará-los para a prática docente, esclarecendo tanto as oportunidades quanto as restrições de suas intervenções. Dessa maneira, asseguramos uma formação mais sólida e eficiente. É, assim sendo, aconselhável que o articulador concentre a atenção dos mediadores da aprendizagem e dos facilitadores nas metas e propósitos do Programa.</p>
ATORES	<p>I – Articulador da Escola, que será responsável pela coordenação e organização das atividades na escola, pela promoção da interação entre a escola e a comunidade, pela prestação de informações sobre o desenvolvimento das atividades para fins de monitoramento e pela integração do Programa com Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.</p> <p>II – Mediador da Aprendizagem, que será responsável pela realização das atividades de Acompanhamento Pedagógico.</p> <p>III – Facilitador, que será responsável pela realização das 7 (sete) horas de atividades de escolha da escola.</p>
CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO	<p>Baixo IDEB e 50% ou mais de estudantes inseridos no Bolsa Família.</p>
ATRIBUIÇÕES	<p>MEC: Fomentar a sinergia institucional e a colaboração técnica entre o ministério e os governos estaduais e municipais, além de oferecer suporte técnico e conceitual na administração e execução do programa. Monitorar o progresso e os resultados do Programa é igualmente importante.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No que tange ao programa PNME, gostaria de conhecer sua perspectiva acerca do índice da avaliação externa. Sob essa ótica, uma análise comparativa revela a presença de elementos comuns durante sua implementação ao longo das últimas décadas. Um elemento de convergência entre os dois programas examinados é a definição do público-alvo; ambos se concentram em indivíduos em situações de vulnerabilidade social, englobando o universo das escolas e dos estudantes que delas participam.

Esse fato elucida a afirmação de Oliveira (2009) quando diz que o PME se encontra num campo de programas compensatórios e assistencialistas, voltados para pessoas das camadas populares. Em nossa visão, tal caráter assistencialista das políticas educacionais no Brasil possui dois pontos de reflexão: o primeiro se deve ao fato de que claramente a população mais desamparada deve ser atendida pelas políticas sociais.

De forma análoga, é crucial destacar que a escola não pode se posicionar como o único agente na mitigação da vulnerabilidade, uma vez que não é sua prerrogativa tratar exclusivamente das questões sociais. É crucial reconhecer a cooperação de diversos setores e entidades ao longo desse processo. Nesse cenário, a instituição educacional se encontra perante um duplo desafio, promover a educação e salvaguardar as crianças e adolescentes sob sua tutela, visando assim enfrentar a conjuntura de vulnerabilidade e risco social.

[...]desafio – educação/proteção – no contexto de uma “Educação Integral em Tempo Integral”, ampliam-se as possibilidades de atendimento, cabendo à escola assumir uma abrangência que, para uns, a desfigura e, para outros, a consolida como um espaço realmente democrático. Nesse sentido, a escola pública passa a incorporar um conjunto de responsabilidades que não eram vistas como tipicamente escolares, mas que, se não estiverem garantidas, podem inviabilizar o trabalho pedagógico. (BRASIL, 2009c, p. 17).

Assim, é mantido o caráter de oferecer à escola uma gama de finalidades na transição para o Novo Mais Educação, assim como permanece a priorização no atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade social. Também há convergência no caráter de trabalho voluntário dos monitores (no primeiro) e dos mediadores e articuladores (no segundo). Nos dois programas, na lei, os agentes seriam voluntários e não receberiam salários, sem direitos trabalhistas. Além disso, durante as férias, não receberiam nenhum recurso dada a inatividade do período.

Um elemento que se destaca na análise dos dois programas é a relação de

colaboração entre as instituições públicas e privadas. O PME já destacava a relevância da coparticipação entre a sociedade civil e o setor privado, conforme mencionado na Portaria Interministerial nº 17/2007, essa integração é fundamental para o fortalecimento das políticas públicas e promoção do bem-estar social. O artigo 6º: “Fomentar a participação das famílias e das comunidades nas atividades desenvolvidas, assim como na colaboração da sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs) e do setor privado.” (BRASIL, 2007, p. 5).

Dessa forma, segundo Schimonek (2015), ao invés de se apresentar uma atuação efetiva do governo na oferta de educação em tempo integral e de qualidade, o Estado vai se retirando ao direcionar novas atribuições à sociedade civil e às escolas. Ainda de acordo com esta autora, tratando-se do espaço físico ser utilizado para a execução das atividades, existe um outro ponto de retirada da responsabilidade do Estado, visto que na mesma portaria em seu art. 8º fala-se em “[...] mobilizar e estimular a comunidade local para oferta de espaços buscando sua participação complementar em atividades e outras formas de apoio que contribuam para o alcance das finalidades do Programa” (BRASIL, 2007, p. 5). Não podemos deixar de envolver toda a comunidade escolar em prol de melhores resultados do programa, visto que, será um incentivo com intuito de atentar ao compromisso do governo com a população local.

De acordo com Schimonek (2015, p.1105), a falta de espaço físico não é considerada como impecilio para a realização das atividades, uma vez que sua viabilização ocorreria por meio do incentivo ao voluntariado, do estabelecimento de parcerias público-privadas e da participação da comunidade local no desenvolvimento das ações do programa.

Ao incentivar a colaboração com a sociedade civil para a criação de espaços, a gestão e a execução das atividades complementares, o MEC promove a ampliação da jornada escolar. Simultaneamente, essa abordagem reduz a responsabilidade do poder público em assegurar a oferta de uma educação integral de qualidade. Essa tendência está em consonância com os princípios que guiaram a reforma do Estado brasileiro, bem como com os pressupostos neoliberais e da terceira via.

No que tange à educação básica, tem sido crescente, segundo Teixeira e Duarte (2017), a existência das chamadas parcerias público privadas. Nesse sentido, grandes empresas criam fundações e/ou instituições para atuar direta ou indiretamente nas escolas, a fim de atender suas necessidades educacionais trabalhando por meio da terceirização de serviços. Como vimos, tem se tentado ampliar a jornada escolar antes

mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, é a partir desse marco democrático que se regulamenta o direito de todos à educação de qualidade, pública e gratuita.

Conforme estabelecido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), “a educação tem como objetivo o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para o exercício da cidadania, bem como a sua qualificação para o mercado de trabalho”. Dessa maneira, entendemos que a concepção de educação prevista na CF88 antecipa o fomento a uma educação integral por parte das instituições educativas, assegurando que a formação ultrapasse a simples instrução cognitiva e a mera adesão a conteúdos curriculares.

Nesse sentido, é evidente que, há considerável tempo, persiste o desafio de assegurar a todos uma educação que promova a formação cidadã. A proposta de educação em tempo integral tem facilitado a conquista de outros objetivos.

Porém, com diferenças entre o Programa Mais Educação, vigente até 2016, que também tinha o intuito de melhorar a aprendizagem, mas incluía uma proposta de educar integralmente todos com atividades que envolviam aspectos culturais, éticos e diversas linguagens como a música, dança e a Arte, o PNME aborda, de maneira explícita, a ideia de uma escola de tempo integral na tentativa de melhorar a aprendizagem e o rendimento dos alunos para superar o fracasso escolar e alcançar resultados quantitativos em avaliações externas e em larga escala de Língua Portuguesa e de Matemática.

Embora PME e PNME apresentem em comum a ampliação da jornada escolar, a concepção de educação que trazem é divergente. Mas, o PNME volta-se para uma direção contrária do que era proposto pelo PME:

A ênfase exclusiva em determinadas disciplinas, como Matemática e Língua Portuguesa, é conferida uma primazia em detrimento das demais áreas de conhecimento que compõem a formação integral dos alunos. Isso nos faz reconhecer o significativo retrocesso presente na proposta atual, na qual os verdadeiros aspectos e princípios formativos da educação integral são desconsiderados.

#### 4.1.2- Diferenças entre os dois programas

Os programas (Novo) Mais Educação e Mais Educação constituem uma oportunidade ímpar para uma imersão e uma reflexão profunda acerca das duas

iniciativas em análise. Essa abordagem possibilita uma análise crítica e aprofundada, favorecendo uma compreensão mais ampla de suas nuances. O Programa Mais Educação (PME) destaca-se pela sua estratégia primordial de expandir a carga horária escolar, concomitantemente à reestruturação do currículo, visando promover uma Educação Integral. Enquanto o PNME visava a otimização do aprendizado em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.

Quanto a sua Legislação Constituição Federal, LDB, ECA, PNE, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, PDE, PDDE. No PMNE - Constituição Federal, LDB, ECA, PNE, lei de serviço voluntário. Tendo como Presidente/Ministro Lula e Dilma (PT)/ Fernando Haddad (PT). E no PNME - Temer (PMDB)/ Mendonça Filho (DEM). Os objetivos: era formular política nacional de educação básica em tempo integral; promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais; favorecer a convivência entre as comunidades; disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e convergir políticas e programas sociais. No PMNE - Melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária.

Suas diretrizes eram contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de redes de ensino e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora; promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa; e integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes. Para PMNE era Integrar-se à política educacional das redes de ensino; integrar as atividades ao PPP; priorizar os alunos e as escolas de regiões mais vulneráveis; priorizar os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem; priorizar as escolas com piores indicadores educacionais; pactuar metas entre o MEC, os entes federados e as escolas participantes; monitorar e avaliar a execução e os resultados; e estimular a cooperação entre união, estados e municípios.

Conforme o documento do MEC: Programa Mais Educação: Passo a passo. Os tipos de atividades Macrocampos: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; educomunicação; investigação no campo das Ciências da Natureza; e Educação Econômica e Cidadania. Para PMNE - Divididas em dois grupos: cultura/artes e esporte/lazer.

A quantidade 4/5 por semana, junto com Orientação de Estudos e Leitura. PMNE - 3 por semana, junto com Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa

e Matemática. Os critérios de participação para ambas - Baixo IDEB e 50% ou mais de estudantes inseridos no Bolsa Família.

A execução Intersetorialidade: PME - articulação de ações do Governo Federal que tinham como beneficiários crianças e adolescentes integrando diversos ministérios podendo contar com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas. Junto com mais 23 programas federais. PMNE - Articulação institucional com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação. Parceria com outro Programa do governo federal para ciclos diferentes: PNAIC (ensino infantil e primeiro ciclo).

Os agentes executores PME - Técnico da Secretaria de Educação, Diretor, Professor Comunitário e Monitores. Do PMNE - Coordenador Regional, Coordenador Local, Formador Regional, Formador Regional, Articulador da escola, Mediador, Facilitador. O público-alvo (PME) - Crianças escolhidas pela escola do Fundamental I e II, atendendo aqueles que fossem assistidos pelo Programa Bolsa- Família e/ou que estivessem defasados na idade/ano e em séries que a escola notasse um maior índice de evasão e repetência. PMNE - Em situação de risco e vulnerabilidade social; em distorção idade/ano; com alfabetização incompleta; repetentes, com lacunas de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática; e em situação de risco nutricional.

No dia 23/11/2023, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº. 2036, as diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral, que define: O tempo integral PME - 7 horas diárias ou 35 horas semanais, ficando a critério da escola a organização do tempo de cada atividade. PMNE - A escola opta por 5h ou 15h semanais do Programa.

As atribuições PME - MEC, FNDE, SECAD e SEB: administrar nacionalmente, divulgar normas que regem seu financiamento, propor as escolas a serem contempladas, efetivar o financiamento, acompanhar sua implementação, assistir tecnicamente à execução, avaliar e disseminar resultados.

As secretarias municipais e estaduais: apoiar o FNDE, apresentar dados e documentos exigidos pelo MEC, inserir dados relativos ao programa nos sistemas online, garantir o cumprimento das normas do programa, manter dados atualizados; e efetuar prestação de contas. Escolas (direção e conselho de escola): apresentar dados e documentos ao FNDE, encaminhar Plano de atendimento da escola as secretarias municipais e estaduais, fazer gestões permanentes, garantir a participação da comunidade escolar de forma sistemática nas decisões, executar os recursos repassados

pelo governo federal, atender aos critérios relativos ao programa nas resoluções que o regem. PMNE - MEC: promover a articulação institucional e a cooperação técnica entre o ministério, os governos estaduais e municipais, prestar assistência técnica e conceitual na gestão e implementação do mesmo e monitorar o andamento e os resultados do Programa.

Os estados e municípios: articular as ações do Programa com vistas a alfabetizar e ampliar o letramento, articular ações de outros programas de atendimento às crianças e aos adolescentes, colaborar com a qualificação e a capacitação dos profissionais envolvidos em parceria com o MEC; e gerenciar ações do programa nas suas redes de ensino. - Escolas: articular as ações do Programa, com vistas a alfabetizar, ampliar o letramento e o desempenho em língua portuguesa e matemática, de acordo com o projeto político pedagógico da escola. Além disso, mobilizar a comunidade local para a oferta de espaços, buscando sua participação complementar em atividades e outras formas de apoio.

No que tange ao IDEB, o PME – Orientação sugere que os gestores municipais e estaduais integrem essa diretriz para sinergizar as distintas políticas setoriais em torno de um objetivo comum: garantir uma educação de qualidade para crianças e adolescentes em variados contextos educativos. PMNE -Informações tangíveis para a elaboração e execução de políticas educacionais, atuando como um referencial para a reestruturação do planejamento e das estratégias implementadas, com ênfase particular nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Assim, outra diferença fundamental entre os dois programas: no primeiro havia uma preocupação com a afirmação da cultura dos direitos humanos estruturada na diversidade, na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual; também pela inserção dessas temáticas na formação de professores e no desenvolvimento de materiais didáticos, buscando através da junção com outras políticas atender crianças e adolescentes de diversas realidades sociais. Já no segundo não havia nenhuma menção à valorização da diversidade cultural ou de promoção dos direitos humanos, temas que simplesmente foram suprimidos no processo de transição e que se relacionam diretamente aos aspectos de cada unidade e comunidade escolar.

Para finalizar, trazemos uma reflexão acerca da relação dos Programas com o IDEB. O critério para adesão a ambos os programas era o baixo índice de rendimento neste sistema de avaliação nacional. No entanto, existe uma relação ambígua entre eles.

Segundo Jacomeli, Barão e Gonçalves (2017), a questão das avaliações externas tem sido forte tendência de modificações substanciais no setor educacional para a educação, “quando se aposta nos conteúdos curriculares dos sistemas há forte ênfase na língua nacional e na matemática como conteúdos que serão cobrados como aferidos de qualidade da educação nacional” (JACOMELI; BARÃO; GONÇALVES, 2017, p. 848). Enquanto o PME via o IDEB como uma diretriz orientadora para suas ações, o PNME o encarava como uma informação essencial para a formulação e execução de políticas educacionais. Enfatizamos a importância de que os agentes educacionais utilizem os resultados das avaliações em larga escala como um parâmetro fundamental. Essa abordagem permite a reorganização do planejamento e das estratégias aplicadas, especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. É imprescindível que essas análises sirvam como guia para a promoção da melhoria contínua do processo educacional.

Assim, os documentos do Novo Mais Educação traziam como referência não só o cumprimento da meta seis do PNE (2014), exposto anteriormente, mas também o dever de atender a meta sete: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria no fluxo escolar e da aprendizagem” (BRASIL, 2014) para atendimento das metas do IDEB.

Para Mendonça (2017), essa reestruturação entre os dois programas reflete um retrocesso da sociedade brasileira como um todo. Segundo a autora, essa lógica neoliberal e de mercado sempre esteve em disputa no MEC, mas o que estava posto no novo programa era uma hegemonia sem espaço para debate ou negociação, muito menos para a educação integral.

Outra crítica feita por Mendonça (2017) é de que o foco nos índices poderia não ser atingido, uma vez que não se propõem uma investigação das razões de os alunos não aprenderem Língua Portuguesa e Matemática, uma vez que os documentos do novo programa não buscam diagnosticar os processos sociais e históricos que envolvem essa questão.

Portanto, na verdade, o que havia era uma pressão para que os índices fossem atingidos através da ampliação da jornada escolar com foco no acompanhamento pedagógico.

#### 4.2 – DISCUSSÃO DO PARÁ SOBRE OS PROGRAMAS: MAIS EDUCAÇÃO E O NOVO MAIS EDUCAÇÃO

A perspectiva de educação integral se apresenta como política pública educacional e social sendo executada na espécie de ensaio estrategicamente por meio do programa Mais Educação criado em 2007 destinado às escolas públicas de ensino fundamental na perspectiva de elevar a qualidade Educacional.

O Programa Novo Mais Educação se originou em 2016 a partir deste, dando continuidade aos objetivos propostos, no entanto, com nova configuração. A realidade da educação brasileira apresentada pelos baixos índices nas avaliações nacionais dos últimos anos foi decisiva para as subseqüentes alterações ocorridas sob a assunção do Presidente Michel Temer em 31 de agosto de 2016 através da Portaria MEC nº 1.144/2016 de 10/10/2016, regido pela Resolução FNDE nº 5/2016 trazendo em sua nomenclatura o termo “Novo” indicando a inovação para a superação dos índices educacionais negativos, revelando no entanto, a priorização da valorização das habilidades em Língua Portuguesa e Matemática em detrimento das avaliações nacionais tornando o acompanhamento pedagógico como obrigatoriedade.

A Secretaria da Educação do estado do Pará iniciou aceitando ao programa nacional Mais Educação em 2007, e em 2012 o projeto de escola em tempo integral avançou. No que tange o projeto inicial da escola de tempo integral paraense que mudou de conceito quando houve uma mudança de direção no governo do estado em 2011 para o programa novo mais educação.

A educação é percebida como um fenômeno social que, dentro de uma determinada sociedade, está intrinsecamente ligada a contextos políticos, econômicos, científicos e culturais. Essa interdependência ressalta a importância da educação como um reflexo e um motor de transformações sociais. Ela é um processo que se manifesta diariamente em todas as sociedades; no entanto, seu ritmo e forma variam significativamente de um local para outro. A educação e a sociedade estão interligadas, uma vez que a primeira desempenha um papel crucial nas transformações que ocorrem no cerne da segunda. (DIAS; PINTO, 2019).

E no contexto regional essa prática não é diferente, onde a educação realizada para os povos que nela vivem, mesmo sendo instigado uma ideologia nacional, é forte a inserção dos valores voltados para sua própria realidade local, não ocorrendo do mesmo modo que em outras regiões.

Também observou-se durante o estudo que o aumento de matrículas e de escolas com oferta de jornada ampliada para as atividades escolares com vistas a educação em

tempo integral ocorreu por conta da adesão ao PME. Porém com a reformulação do PME e a implementação do PNME, em conjunto com cortes de repasses de verbas para educação e, conseqüente diminuição dos repasses para o Programa Dinheiro Direto na Escola Educação Integral (PDDE), os índices de acesso à educação integral sofreram quedas significativas no ano de 2016, afastando-se do cumprimento da meta 6 do PNE 2014/2024.

O debate da oferta de educação em tempo integral no Pará está referendado no processo de constituição de seus dois planos estaduais de educação. Um primeiro, aprovado em 2010, Lei nº 7.441/2010, fruto de intensa participação social ocorrida por força da realização de conferências municipais, em 2007, e da Conferência Estadual de 2008.

Naquele momento, os órgãos do sistema de educação paraenses procuravam sanar uma lacuna, visto que o PNE já estava em vigor desde 2001 e o Pará ainda não tinha o seu Plano Estadual.

Durante aquele período, o governo estadual não concedeu a devida prioridade à elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE) do Pará, nem tampouco à implementação de políticas voltadas para a ampliação gradual da jornada escolar e à expansão das escolas de tempo integral na Educação Básica paraense.

Essa demora no processo de construção da referida política fez com que o governo do estado do Pará não desse a devida importância para atingir as metas previstas no referido PNE/2001, uma vez que, até 2010 - reafirmamos -, não havia nenhum documento oficial que pudesse nortear a construção dessa política no estado.

Entretanto, importa destacar que, antes da aprovação da Lei 7.441/2010 (PEE-PA), já havia no Pará experiências de escolas que ofertavam a educação em tempo integral; essa oferta acontecia por meio do Programa Mais Educação (PME) do governo federal, implantado em 2009 em vários municípios do estado. Nas escolas que aderiram ao PME, os alunos tinham várias atividades no turno complementar, tais como o acompanhamento pedagógico obrigatório para aqueles alunos com baixo rendimento escolar; o Programa também oferecia atividades diversificadas por meio das oficinas curriculares.

Assim, as experiências de escolas que ofertavam a educação em tempo integral, por meio da adesão do PME, ocorreram tanto na capital (Belém) quanto em alguns municípios do interior do estado, tais como Abaetetuba, Santarém, Igarapé-Miri, Oriximiná e outros.

Cabe mencionar que essas experiências de educação em tempo integral foram atribuídas tão somente ao PME, o que não significa a implantação de uma política de tempo integral; tratava-se de um programa do governo federal, o qual foi encerrado em 2016 e substituído pelo Programa Novo Mais Educação (PNME), programa que também já foi encerrado em 2019.

Enfim, a oferta da educação escolar em tempo integral, apesar de contemplada de maneira tímida no Plano Estadual de 2010, fez com que a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) aprovasse, em 2012, duas resoluções que passaram a nortear a política de oferta da escola em tempo integral, documentos que orientaram as ações nas escolas para a implantação do tempo integral, pois, até então, o que ocorria eram adesões das unidades escolares ao PME que ampliavam o tempo de permanência do aluno na escola por meio das atividades diversificadas.

#### 4.3 - DISCUSSÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

O trabalho aqui apresentado objetivou resgatar o processo histórico de implantação do Programa Mais Educação em escolas públicas da zona urbana do município de Santarém, localizado na região Oeste do Pará.

Dessa forma, afastando-se da concepção de uma educação para a formação integral, na medida em que, nos documentos oficiais os objetivos de ambos os programas permaneçam conjugados, mas uma análise mais cuidadosa de suas diretrizes e finalidades, permite a conclusão de que o foco principal mudou.

No PME o foco estava no fomento de uma educação escolar que contemplasse práticas educativas visando o desenvolvimento integral do educando, através de experiências socioeducativas nas dimensões culturais, artísticas, políticas, integradoras do aprendizado escolar. As atividades desenvolvidas deveriam ter acompanhamento pedagógico, com tempo de permanência em atividades escolares estendido, com a jornada escolar ampliada para no mínimo sete horas diárias (SAQUELI, 2018).

A modificação no programa ocasionou implicações substanciais na distribuição do tempo dedicado às atividades acadêmicas. O PME estipulava uma carga horária que deveria ser igual ou superior a sete horas diárias, ou, alternativamente, 35 horas semanais durante o contraturno. O PNME recomenda a expansão da jornada escolar, propondo cargas horárias de 5 ou 15 horas semanais, tanto no período regular quanto no contraturno, ficando a critério da unidade escolar a sua escolha.

Embora o PME tenha alcançado, em grande escala, escolas com maior número de adesão das unidades escolares no ano de 2014, quando, de acordo com a Lei de Acesso à Informação – LAI – do Governo Federal<sup>6</sup>, 51.440 unidades aderiram ao programa, os repasses de verbas para a manutenção deste teve descontinuidade, iniciando um período de instabilidade no atendimento do programa, o que comprometeu severamente o seu funcionamento devido à falta de recursos para manter as atividades nas escolas (PARENTE, 2016).

Em 2015, houve atraso no repasse de verbas via PDDE - Integral e, além disso, o pagamento passou a ser realizado em duas parcelas anuais, o que tornou mais moroso o auxílio financeiro. Importante frisar, que a partir de 2015, o PME não abriu mais inscrição para novas adesões, “no início de 2016, os cortes na área de educação revelaram um momento de queda na oferta do Programa Mais Educação [...]” (PARENTE, 2016, p. 570). Ainda em 2015, a PME é reformulado dando início ao PNME, que surge em um cenário de instabilidade política, em que ocorreram reformas educacionais que passaram a comprometer o repasse de verbas para a educação.

Em 2015, o programa passou a ser denominado Programa Novo Mais Educação. Entretanto, é essencial esclarecer que as escolas que estavam em fase de conclusão e que ainda operavam sob o PNME encerraram suas atividades em Santarém no final de 2019. (SEMED, 2020) Em 2016, foi aprovado o Programa Novo Mais Educação (PNME), que, com base nos resultados obtidos, acompanhou as escolas que implementaram iniciativa em colaboração com o Poder Público. Essa parceria com as autoridades visou a criação de redes dedicadas à expansão e ao fortalecimento das escolas de ensino integral.

Pode-se frisar, que o programa mais educação no município de Santarém foi analisado e, de acordo com esses objetivos, no que toca, garantindo uma educação integral de qualidade que vai além do conhecimento, com parcerias que atendam às diferentes necessidades dos alunos, desde a sua proteção até o seu desenvolvimento integral.

Ademais, o PNME aconteceu na mesma forma dos objetivos do PME, porém, com mais intensidade na competência em português e matemática a partir do comprometimento de atividades complementares dedicadas às disciplinas. Entretanto, ficando em segundo plano caráter mais amplo do conteúdo pedagógico, pois acontece algumas situações a sua aplicação em instituições escolares não envolve os saberes diversificados como: ciências, artes, esportes e cultura, e sim priorizando mais

conteúdos focados para as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática.

Tendo como foco de almejar bons resultados quantitativos de aprendizagem, e principalmente nos resultados das avaliações externas de aprendizado nas áreas referidas, como o SAEB, que é um dos principais objetivos do programa.

O PNME propõe uma ampliação da jornada com carga horária de 5 ou 15 horas semanais no turno e contraturno, sendo a opção de livre escolha de cada unidade escolar.

Com essa proposta, os educandários disponibilizaram cinco horas semanais de atividades complementares, incluindo duas iniciativas de acompanhamento pedagógico: uma dedicada à Língua Portuguesa e outra à Matemática.

Portanto, por meio deste estudo, as contribuições trazidas para o ensino integral, incluindo o Programa Mais Educação e Novo Mais Educação, vai além do alcance dos seus objetivos, abriram oportunidades de reflexões e transformações. Neste sentido, esperamos que com essa temática em discussão sirvam de reflexão acerca da necessidade de construir o mais rápido possível a identidade da educação em ensino integral numa visão holística.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo desta temática deveu-se à necessidade de analisar e compreender como ocorre o Programa Mais Educação e o ensino integral no município de Santarém/PA, através dos documentos referenciais, que orientaram a respeito do programa com seus avanços e retrocessos do programa mais educação no ensino integral de Santarém.

Quanto os objetivos gerais e específicos, estes foram atingidos de forma plena. É notável que a inclusão do Programa Mais Educação e seu processo de implementação na educação integral no município de Santarém/PA se mostraram como uma das melhores alternativas para atender os educandos, envolvendo um espaço de diálogo, reflexão e avaliação no âmbito da educação integral. Essa abordagem não apenas enriqueceu o aprendizado dos discentes, mas também trouxe uma cultura de participação e engajamento na comunidade escolar.

Diante disso, durante a pesquisa percebeu-se o quanto o PME passou por grandes desafios no requisito de funcionamento por conta dos espaços para atender, ou seja, a logística fugindo da realidade das escolas públicas e principalmente nas escolas da região de várzea, se tornando um entrave na educação e no conhecimento, mas com a

boa vontade de acreditar no ensino, arregaçamos a manga e não desistimos.

É visível o reconhecimento que, para dar início a um programa eficiente, é importante focar mais tempo aos ambientes escolares, com o propósito de assegurar uma melhoria significativa na qualidade do ensino. Esta abordagem não apenas enriquece a experiência educacional, mas também contribui para o desenvolvimento integral dos alunos. Outras situações que merecem consideração incluem a reorganização da infraestrutura escolar, a formação contínua dos profissionais de educação envolvidos, a reestruturação curricular e, acima de tudo, o financiamento destinado aos programas e projetos. Tudo isso ressaltado, são prioridades para garantir um espaço educativo de qualidade e eficaz.

No entanto, percebeu-se que o aporte legal normativo do PNME privilegia o quesito tempo destinado às atividades escolares, no entanto, essa ampliação não garante que se tenha uma educação integral. Desse modo, o PME foi uma conquista para uma educação voltada para a formação integral do indivíduo, porém sua reformulação em PNME acarretou mudanças significativas, e, o caráter de instrução ampliada a partir da oferta de atividades e experiências socioeducativas nas dimensões culturais, artísticas, políticas e integradoras do aprendizado escolar sofreu modificações, com ênfase às habilidades nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, a partir da obrigatoriedade de atividades complementares dedicadas às disciplinas, assim, o caráter mais amplo dos conteúdos pedagógicos fica em segundo plano, sendo um retrocesso diante dos avanços que vinham ocorrendo.

Diante dos resultados, há muitas dificuldades na região de Várzea, tanto para os gestores, professores, alunos e familiares, passaram por grandes desafios, principalmente quando precisavam de um melhor espaço acessível para o aprendizado, os monitores tiveram que encarar a busca de ajudar os alunos para aprender, superando as suas dificuldades, pois com o intuito de concluir o ano letivo.

Nesse sentido, nas escolas da região de Várzea, de modo geral, vimos o desconforto provocado por espaços reduzidos, com sensação térmica altíssima. São ambientes que não favorecem a interação e o bem-estar dos alunos e monitores, sugerindo um novo modelo conceitual de infraestrutura escolar, pois nessas escolas se realizam as oficinas do Programa Mais Educação, além das aulas do currículo formal e o que se vê são crianças amontoadas nos pátios, disputando o espaço com os alunos do outro turno, com todo um desconforto.

Então, observou-se as condições de materiais e pedagógicas na região de Várzea

(financiamento, infraestrutura, currículo e formação dos educadores) para efetivar a ampliação das oportunidades de aprendizagens, são ainda precárias e restritas, se consideradas as dimensões regionais e a população estudantil do município de Santarém: infraestrutura deficiente, recursos didáticos e tecnológicos insuficientes, financiamento inadequado em alguns setores, currículo ultrapassado, associado a uma fraca formação continuada foram alguns fatores limitantes para a implementação do ensino integral.

Todavia, podemos constatar que algumas ações estão sendo implementadas para ampliar o tempo escolar do aluno, com o programa mais educação, porém não se configura como um ensino integral.

Como também, percebemos que os monitores necessitam de mais cursos de formação, e o mais preocupante é a desigualdade entre as classes sociais, sendo os alunos do ensino público em situação de vulnerabilidade, em especial, pela falta de acesso a uma educação de qualidade.

Com isso, com os programas PME e PNME, como já mencionado, seria ideal se houvesse a ampliação do tempo escolar no município, com o aluno de ensino integral, em Santarém, na intenção de obter mais avanços para o nosso município, o que se percebeu foi que os Programas acima citados, apresentou, desde o início de sua implantação, inúmeras fragilidades de toda ordem, independentes de seus documentos: leis, diretrizes e resoluções. As diretrizes precisam serem reavaliadas e os investimentos melhorados pela política pública.

Os educandários gritam para que os investimentos sejam para a melhoria da infraestrutura física e para garantir a qualificação de todos os profissionais envolvidos diretamente com o processo. Sabemos que educação de qualidade exige sem dúvida o tripé: recursos financeiros, melhor aparelhamento das escolas e valorização docente.

Acreditamos, com a ativação do ensino integral, com as mudanças dos espaços escolares, com recursos adequados, e, para atender o ensino integral saibamos que os desafios da implementação de escolas de ensino integral ou qualquer programa demonstram limites e fragilidades, a esperança que serem superados.

Portanto, esta pesquisa trouxe um estudo grandioso, que a educação permaneça estimulando uma reflexão como algo que deve acontecer sempre, incluindo o conhecimento da ação, ou seja, como algo que forma uma atitude criticamente reflexiva. Enfim, esse tema trouxe um grande diferencial no ensino, pois ajudou a entender como funciona o PME, com suas atividades desenvolvidas no contraturno, favorecendo assim

trocas de experiências, interagindo entre educador e educando em prol do aprendizado.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

\_\_\_\_\_, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa Qualitativa e pesquisa qualitativa segundo a abordagem fenomenológica**. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 101-113. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 09/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 10.172** de 12 de julho de 2001.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 13.005** de 25 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília-DF, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília-DF: Câmara dos Deputados. Série Legislação, 2017b.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Ministério da Educação. Brasília-DF, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação. Educação Integral: texto referência para o**

**debate nacional**. Série Mais Educação. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação. Gestão intersetorial no território**. Série Mais Educação. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação. Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral**. Série Mais Educação. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2009c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada: como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Novo Mais Educação -Caderno de orientações pedagógicas** – Versão I. Brasília, 2017. Acesso em 16 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução nº05 de 25 de outubro de 2016**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Institui o Programa Brasil na Escola**. Portaria No 177, DE 30 DE MARÇO DE 2021. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial nº 17, de 24/04/2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Disponível em:[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14887&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817). Acesso em: 10/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação: Gestão Intersectorial no Território**. Cadernos Séries Mais Educação, Brasília, 2009a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader\\_maiseducacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf). Acessado em: 25 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90**. São Paulo, Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira- Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc\\_download&gid=8199&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=8199&Itemid=). Acessado em: 15 de out. de 2014.

\_\_\_\_\_. MEC/SECAD. **Passo a Passo Mais Educação**. Brasília - DF: Mec, Secad, s/d, 2011.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação: Passo a Passo.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009d. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc\\_download&gid=8202&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=8202&Itemid=). Acessado em: 15 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial nº 7.083 de 27/01/2010.** Dispõe sobre o Programa Mais Educação, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em: 25/05/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. (2010). **Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010.** Programa Mais Educação. Brasília: MEC. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao>. Acesso em: 24 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br))

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 21/03/2014.

COELHO, L. M. C. da C; MENEZES, J. S. S. **Tempo integral no ensino fundamental: ordenamento constitucional-legal em discussão.** XXX Reunião Anual Anped, 2007.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

FERREIRA, Gomes António. **O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade.** Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. S. **Reflexões Sobre Educação Integral e Escola de Tempo Integral.** Cadernos Cenpec, n. 2, p. 129-135, 2006.

GUARÁ, I.M. F. R. **Educação e Desenvolvimento Integral: Articulando Saberes Na Escola e Além da Escola.** In: Em Aberto, Brasília, v.22, n. 80, p.65-81, abr. 2009.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

MAYRING, Ph. Einführung in die qualitative Sozialforschung [**Introdução à pesquisa social qualitativa**]. Weinheim, DE: Beltz, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M. C. **O desafio da pesquisa social**. In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOLL, Jaqueline. A agenda da Educação Integral: Compromissos para sua consolidação como política pública. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 8, p. 129-146.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. **Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?** In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como Exercício do Poder: Crítica ao senso comum em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTARÉM. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório consolidado 2005-2012**. Santarém, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório consolidado 2013**. Santarém, 2014c.

\_\_\_\_\_. **Censo escolar 2008-2014**. Santarém, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Relatório consolidado 2014**. Santarém, 2015c.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Escolas se destacam e IDEB de Santarém cresce 2 pontos percentuais nos anos iniciais**. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/educacao/escolas-se-destacam-e-ideb-de-santarem-cresce-2-pontos-percentuais-nos-anos-iniciais-xvhy66>. Acesso em 19/10/2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação**. Rev. bras. Estudos Pedagógicos (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 701-720, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n238/a04v94n238.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Analisando a Concepção de Educação Integral do Governo Lula/Dilma através do Programa Mais Educação**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 30, n. 01, p. 95-126, março/2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982014000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982014000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 22 jun. 2015.

SCHIMONEK, E. M. P. **A Autonomia Escolar e o Programa Mais Educação. II Colóquio Internacional de Ciências Sociais- O governo das escolas: atores, políticas e práticas**, Braga/ Portugal, 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 set. 2017.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.** In: TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo, SP: Atlas, 1987. p. 30-79.